

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

MANOELA SILVA DA SILVA

**A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE ANAMÃ/AM**

**MANAUS
2024**

MANOELA SILVA DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado do Amazonas para a
obtenção do título de Licenciado em Geografia

Orientadora: Iolanda Aida de Medeiros Campos

**MANAUS
2024**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

M285ad Silva, Manoela Silva da
A dinâmica socioeconômica da agricultura familiar no
município de Anamã/AM / Manoela Silva da Silva.
Manaus : [s.n], 2024.
74 f.: color.; 30 cm.

TCC - Graduação em Geografia - Licenciatura -
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024.
Inclui bibliografia
Orientador: Campos, Iolanda Aida de Medeiros

1. Agricultura Familiar. 2. Anamã. 3. Renda Terra.
I. Campos, Iolanda Aida de Medeiros (Orient.). II.
Universidade do Estado do Amazonas. III. A dinâmica
socioeconômica da agricultura familiar no município de
Anamã/AM

MANOELA SILVA DA SILVA

**A dinâmica socioeconômica da Agricultura Familiar no município
de Anamã/AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado do Amazonas para
a obtenção do título de licenciada em Geografia

BANCA EXAMINADORA

Presidente (a): Prof^a. Dr^a. Iolanda Aida de Medeiros Campos

1º Avaliador (a): Prof^a. Ma. Maria Helena Carvalho Mourão

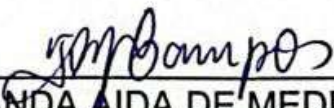
2º Avaliador (a): Prof^a. Dr^a. Francilene Sales da Conceição

Manaus, 08 de fevereiro de 2024

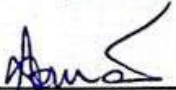
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Ata de apresentação oral de monografia da aluna MANOELA SILVA DA SILVA de Licenciatura em Geografia da Escola Normal Superior em 08 de fevereiro de 2024.

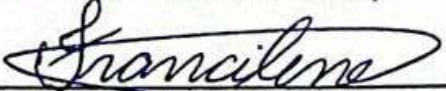
Ao oitavo dia do mês de fevereiro de 2024 às 08:00 horas na 13 – Mercedes Ponce de Leão, na Escola Normal superior, a aluna **MANOELA SILVA DA SILVA**, realizou a sua apresentação de monografia intitulada “**A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ANAMÃ/AM**”. A banca de defesa foi constituída pelos seguintes membros: PROFA. DRA. IOLANDA AIDA DE MEDEIROS CAMPOS (presidente), PROFA. MA. MARIA HELENA CARVALHO MOURÃO (membro externo), PROFA. MA. FRANCILENE SALES DA CONCEIÇÃO (membro interno). A presidente deu início à sessão convidando os membros da banca e a graduanda para tomar assento e iniciar a apresentação. Após apresentação, foi feita a arguição pelos membros da banca que ao final reuniram-se para decidir que a aluna foi *Aprovada*, com a nota ... *9,8* A sessão foi encerrada e assinada pelos membros da banca e pela graduanda. Manaus, 08 de fevereiro de 2024.



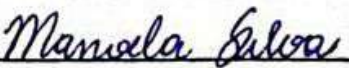
PROFA. DRA. IOLANDA AIDA DE MEDEIROS CAMPOS
(Presidente)



PROFA. MA. MARIA HELENA CARVALHO MOURÃO
(Membro Externo)



PROFA. MA. FRANCILENE SALES DA CONCEIÇÃO
(Membro Interno)



MANOELA SILVA DA SILVA
(Graduanda)

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, autor da minha vida. À minha mãe Débora Almeida e ao meu pai Eder Carlos Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pois ele é o que me fortalece e me sustenta todos os dias. À minha mãe Debora Almeida da Silva e ao meu pai Eder Carlos Rodrigues da Silva, por todo amor e motivação, por serem meu porto seguro, ânimo e força para buscar novos voos. Por terem acreditado no meu potencial e me inspirado a cada dia ser uma pessoa de princípios e valores. Aos meus avós Audemar Alves da Silva, Clarinete Almeida da Silva, Jovina Silva de Carvalho e Raimundo Rodrigues de Carvalho, que mesmo de longe, sempre estavam me desejando o melhor. Às minhas tias Verônica Almeida da Silva e Mônica Almeida da Silva e ao meu tio Audemar Alves da Silva Júnior, pelo incentivo e palavras de conforto nos momentos de saudade. Ao meu tio Ranes Silva de Carvalho e minhas tias Jakeline Silva de Carvalho e Juvana Silva de Carvalho, que me acolheram em sua casa e não me deixaram sem amparo. Às amigas que a faculdade me proporcionou Shaquira Cherlen Rocha de Albuquerque e Heloisa Helena Barbosa de Sousa, por todos os conselhos, conversas e aprendizados, e ao meu amigo Romário Almeida que ao longo dos últimos períodos fez com que meus dias na UEA se tornassem mais leves e descontraídos. À Fabiangela Albuquerque Ferreira secretária do Mestrado em Educação, pelas palavras e gestos de amor. À minha orientadora, Prof^a. Dr^a Iolanda Aida de Medeiros Campos, pelo acompanhamento, orientação e auxílio durante o desenvolvimento desse trabalho. E à todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para minha jornada até aqui.

“O peso da caneta é mais leve que o da enxada”
Marcos Roberto

RESUMO

A pesquisa teve o objetivo de analisar a dinâmica socioeconômica da agricultura familiar no município de Anamã, em algumas comunidades específicas, sendo elas a Comunidade São Sebastião, Santa Maria e Vila do Cuia. A agricultura familiar é uma atividade econômico-produtiva cujas características fundamentais são: a utilização intensiva de mão-de-obra familiar, manejo de áreas de pequeno porte e a promoção da segurança alimentar da família. Como justificativa para a sua realização, a proposta da presente pesquisa, visa contribuir na compreensão e análise crítica da dinâmica socioeconômica da agricultura familiar no município de Anamã. Neste sentido as perguntas que nortearam essa pesquisa foram: A agricultura familiar é a principal renda do município de Anamã? E qual o papel dessa agricultura familiar na economia do município? Qual o perfil fundiário das propriedades dos agricultores familiares do município? Quais são os principais produtos que são produzidos nessas propriedades familiares? As atividades são gerenciadas por membros das famílias desses agricultores? Qual o perfil socioeconômico dos agricultores familiares? Qual a influência dos eventos de cheias dos rios e a seca sobre a dinâmica da agricultura familiar no município? Como método científico utilizou-se o dialético, pois este é usado pelos pesquisadores para confrontar opiniões e pontos de vista divergentes, isso sugere uma abordagem ativa e crítica na exploração de diferentes perspectiva. Pesquisa esta que se desenvolveu em âmbito qualitativo, no qual a combinação de duas abordagens pôde possibilitar dois olhares diferentes, propiciando uma visualização ampla do problema investigado. O diagnóstico de campo baseou-se em levantamentos temáticos, com aplicação de questionários, precisamente nas comunidades visitadas, no qual os mesmo foram organizados sob a abordagem sistêmica, voltados para a realidade complexa e emergente da agricultura do município. Constatou-se que na atualidade a geração de renda das famílias é obtida a partir de um conjunto de atividades produtivas que inclui a agricultura familiar.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar; Anamã; Renda terra.

ABSTRACT

The research aimed to analyze the socioeconomic dynamics of family farming in the city of Anamã, in some specific communities, namely the São Sebastião Community, Santa Maria and Vila do Cuia. Family farming is an economic-productive activity whose fundamental characteristics are: the intensive use of family labor, management of small areas and the promotion of family food security. As a justification for its implementation, the proposal of this research aims to contribute to the understanding and critical analysis of the socioeconomic dynamics of family farming in the city of Anamã. In this sense, the questions that guided this research were: Is family farming the main source of income in the city of Anamã? And what is the role of family farming in the city's economy? What is the land profile of the properties of family farmers in the city? What are the main products that are produced on these family properties? Are the activities managed by members of these farmers' families? What is the socioeconomic profile of family farmers? What is the influence of river flood events and drought on the dynamics of family farming in the city? Dialectic was used as a scientific method, as it is used by researchers to confront divergent opinions and points of view, this suggests an active and critical approach in exploring different perspectives. This research was developed in a qualitative and quantitative scope, in which the combination of two approaches could enable two different perspectives, providing a broad view of the problem investigated. The field diagnosis was based on thematic surveys, with the application of questionnaires, precisely in the communities visited, in which they were organized under a systemic approach, focused on the complex and emerging reality of agriculture in the city. It was found that currently family income generation is obtained from a set of productive activities that includes family farming.

Keywords: Family Farming; Anamã; Land Income

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fluxograma dos Procedimentos Metodológicos	33
Figura 2- Mata Ciliar do Rio Solimões	37
Figura 3- Sede do Município de Anamã	38
Figura 4- Escoamento da Produção no Município de Anamã	47
Figura 5- Área de Plantação	49
Figura 6- Município de Anamã em Época de Cheia do Rio Solimões	58
Figura 7- Propriedade Familiar no Município de Anamã Inundada Pela Cheia do Rio Solimões.....	57
Figura 8- Período de Seca no Município de Anamã	60
Figura 9- Lago do Anamã em Período de Seca.....	60
Figura 10- Terras Caídas na Comunidade São Sebastião no Município de Anamã-AM	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Trabalho e Rendimento em Anamã/AM	38
Quadro 2- Educação no Município de Anamã/AM	40
Quadro 3- Comunidades do Município de Anamã/AM.....	42
Quadro 4- Escolaridade dos Agricultores em Anamã/AM	43
Quadro 5- Perfil dos Agricultores Familiares.....	44
Quadro 6- Perfil das Propriedades de Produção Agrícola	45
Quadro 7- Produção e Comercialização dos Produtos	46
Quadro 8- Principais Produtos Comercializados em Anamã/AM	48
Quadro 9- Produção Agrícola Municipal (2020)	50
Quadro 10- Projeto de Venda da Associação de Pequenos Produtores Rurais da Vila Cozinha- Anamã/AM	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Capacidade de Produção em Toneladas (t) do Município de Anamá/AM	50
Gráfico 2- Produção Agrícola Municipal de Anamá em (2020)	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAF- Agencia de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas

CEMEAM- Centro de Mídias de Educação do Amazonas

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM- Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

INCRA- Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SIDPESCA- Sindicato dos pescadores e pescadoras Artesanais do Estado do Amazonas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Agricultura Familiar no Brasil	17
2.2 Agricultura Familiar no Amazonas.....	21
2.3 Produção da Agricultura Familiar para o Mercado	25
2.4 O modo de vida ribeirinho	28
3 METODOLOGIA	31
3.1 Método	31
3.2 Procedimentos Metodológicos	32
3.3 Localização de Anamã: A Veneza da Amazônia	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
4.1 Anamã: um pouco sobre sua formação territorial.....	35
4.2 Agricultura familiar em Anamã: uma caracterização	40
4.3 Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Vila do Cuia- Anamã/AM	51
4.4 O rio comanda a vida: influência do ciclo de cheia e seca na agricultura familiar	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
Apêndices	71

1 INTRODUÇÃO

A agricultura é uma importante atividade para a sociedade, é uma das principais fontes de alimentação. A agricultura familiar é um modelo de produção agrícola que se baseia na propriedade familiar e na utilização da mão de obra familiar. Na agricultura familiar, o trabalho é predominantemente composto pela família, por meio do qual se obtém renda da terra na atividade agrícola. Com isso, o valor da sua remuneração depende muito da produtividade, é complexo analisar a renda no meio rural, porém, é uma tarefa importante, pois, além de resultados econômicos, auxilia na compreensão de como os agricultores/agricultoras, principalmente os caracterizados como familiares, realizam suas escolhas e elaboram estratégias a partir de recursos disponíveis (Nunes, 2009).

A proposta da presente pesquisa contribuirá na compreensão e análise crítica da dinâmica socioeconômica da agricultura familiar em algumas comunidades que compõem o município de Anamá. Pois, considerando o cenário atual, estudos sobre a socioeconomia e o sistema produtivo de agricultores familiares são de suma importância para identificar como se deu a formação desses grupos sociais no território amazônico, em especial, no município de Anamá, e na compreensão de como esses grupos conseguem manter sua estabilidade social ao longo dos anos e como vem organizando ao longo do tempo o seu espaço socioeconômico.

Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho foi de analisar a dinâmica da agricultura familiar em três comunidades que compõem o município de Anamá/AM. Tendo como objetivos específicos investigar se a agricultura familiar é a principal fonte de renda da população dessas comunidades; caracterizar o perfil fundiário das propriedades dos agricultores familiares; identificar e categorizar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares; compreender a dinâmica social com destaque na influência dos eventos de cheia e seca na agricultura familiar do município.

Quanto ao método concebeu-se o método dialético para o desenvolvimento da pesquisa o qual segundo Lefévre (1978, p. 171) é utilizando-se da dialética, que “os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vistas, os diferentes aspectos dos problemas, as oposições e as contradições; e tentam elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo”. Portanto, não seria esse o método responsável para compreensão e análise da dinâmica socioeconômica da agricultura

familiar no município de Anamã/AM?

Para os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram utilizados estudos de cunho bibliográfico, documental e pesquisa de campo. Buscando a compreensão e contextualização, o estudo segue a ótica do campo teórico e prático. No campo teórico, o estudo buscou contribuir para o debate teórico sobre o tema em questão, destacando a importância socioeconômica da atividade agrícola para os agricultores familiares, isso implicou em revisar a literatura existente, analisar teorias e conceitos relevantes.

Pesquisa esta que se caracteriza como quali-quantitativa, no qual a abordagem qualitativa é uma metodologia que se concentra na compreensão aprofundada e na interpretação dos fenômenos sociais, culturais ou individuais, a utilização de dados quantitativos no qual essa abordagem foi aplicada para responder às perguntas específicas de pesquisa, como a idade dos produtores rurais do município, seu nível de escolaridade, entre outros. Relacionado ao campo prático, o foco foi a aplicação prática do estudo. Isso envolveu a coleta de dados relacionados à produção agrícola, identificação dos desafios vivenciados na prática da atividade no município em estudo.

O recorte espacial desta pesquisa foram as comunidades de Santa Maria, São Sebastião e Vila do Cuia, no município de Anamã, localizado a 160 km da cidade de Manaus, à margem esquerda do Rio Solimões, a qual comporta pequenos aglomerados, popularmente conhecidos como comunidades ou vilas das quais possuem articulação com a sede do município por meio das atividades desenvolvidas, sobretudo pela agricultura familiar. No município de Anamã, a economia está ligada a uma variedade de atividades de subsistência, como a agricultura, caça, pesca e extrativismo. É válido ressaltar que o município de Anamã, comporta dois tipos de paisagens rurais, que se distribuem ao longo de todo o seu território, são elas as áreas de várzea e as áreas de terra-firme.

De início foram levantadas algumas questões norteadoras com intuito de direcionar a pesquisa, sendo elas: A agricultura familiar é a principal renda do município de Anamã? Qual o papel dessa agricultura familiar na economia do município? Qual o perfil fundiário das propriedades dos agricultores familiares do município? Quais são os principais produtos que são produzidos nessas propriedades familiares? As atividades são gerenciadas por membros das famílias desses agricultores? Qual o perfil socioeconômico dos agricultores familiares? Qual

a influência dos eventos de cheias dos rios e a seca sobre a dinâmica da agricultura familiar no município?

Neste sentido, foram levantadas algumas hipóteses durante a investigação para responder às seguintes questões: notou-se que a fragilidade desta agricultura familiar no município de Anamã pode estar associada ao processo de expansão da malha urbana adentrando a zona rural do município; à falta de interesse dos membros mais jovens das famílias agrícolas em seguirem esse tipo de atividade; aos eventos de cheia e de estiagem. Como grande parte das propriedades agrícolas do município de Anamã estão situadas próximas aos cursos de água, sejam eles o braço principal do rio Solimões, ou seus afluentes, como igarapés e paranás, esses eventos impactam inevitavelmente para a dinâmica da agricultura familiar no município.

Em relação à estrutura deste trabalho foi dividido em tópicos, sendo eles: Referencial Teórico, no qual se buscou autores que embasassem a discussão sobre a agricultura familiar, a metodologia que norteou o desenvolvimento da pesquisa e os resultados e discussões que dessem conta de elucidar a dinâmica da atividade agrícola nas comunidades pesquisadas.

É relevante compreender a importância da agricultura familiar não apenas como um modo de subsistência, mas também como uma contribuição significativa para a economia local e para a segurança local e regional. Isso destaca a necessidade de políticas públicas e pesquisas que considerem a diversidade e a complexidade desse setor para promover seu desenvolvimento sustentável. Portanto, compreender a dinâmica temporal, as tradições e as peculiaridades culturais dos ribeirinhos é fundamental para uma visão mais completa e precisa da vida na Amazônia.

Por fim, nas considerações finais, foi feita uma análise de como a agricultura familiar está presente nas atividades econômicas e sociais do município de Anamã, bem como os desafios atuais envolvendo aspectos socioeconômicos e ambientais da atividade agrícola. Assim, espera-se que esse estudo seja uma contribuição para compreensão de como é a dinâmica da agricultura familiar em algumas comunidades de Anamã, buscando colaborar no entendimento de como esta atividade está inserida na vida e no cotidiano das comunidades rurais que compõem o município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura Familiar no Brasil

Desempenhando um papel mais que fundamental em termos econômicos, sociais e até mesmo culturais, a agricultura familiar no Brasil é de suma importância não só para a produção de alimentos, mas também para a economia local dos pequenos produtores e pequenas produtoras rurais. Para Bittencourt (2020),

No Brasil, a agricultura familiar está intrinsecamente vinculada à segurança alimentar e nutricional da população. Ela não só impulsiona economias locais, como também contribui para o desenvolvimento rural sustentável ao estabelecer uma relação íntima e vínculos duradouros da família com seu ambiente de moradia e produção (Bittencourt, 2020, p. 6).

A importância da agricultura familiar está associada ao papel que esta desempenha enquanto categoria social produtora de alimentos para si e para o mercado. A produção para o próprio consumo destaca a autonomia e também a subsistência da agricultura familiar. No qual esta atividade tem uma importância econômica significativa para as famílias que a praticam, que dependem dessa produção agrícola para assim atender as suas necessidades. De acordo com Andrade e Souza (2013),

A agricultura familiar no Brasil, historicamente apareceu como uma forma de produção alternativa (autoconsumo, segurança alimentar e garantia da biodiversidade) às grandes plantações do período colonial, sendo que a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro (Andrade; Souza, 2013, p. 2).

Nota-se, portanto, que a estrutura agrária e fundiária desde os tempos coloniais pautou-se em dois segmentos, a atividade agrária exportadora e de produção familiar para o consumo interno e a reprodução do camponês/camponesa, no qual esta estrutura persiste até os dias atuais, sendo notório que a espacialidade da atividade agrícola em termos fundiária é destinada em sua maior proporção à monocultura de exportação, restando as menores e piores extensões de terras para a agricultura familiar de subsistência e ao mercado interno.

É interessante como a estrutura social na época do Brasil- colônia refletia não apenas a dicotomia entre senhores e escravos, mas também a presença de outras classes que desempenhavam papéis cruciais na economia. Os assalariados dos engenhos, mercadores e clérigos desempenhavam funções fundamentais para manter a máquina mercantil em movimento. E essa população de homens livres, diversa em suas origens étnicas, reflete a complexidade da sociedade da época.

A luta pela subsistência por meio de diversas atividades sejam estas legais ou ilegais, mostra como as pessoas adaptavam-se e até hoje o fazem para sobreviver em um contexto muitas vezes desafiador. A ocupação de pequenas faixas de terra para extrair sustento é um exemplo de como a busca pela autonomia e subsistência era uma constante, mesmo em um cenário fortemente marcado pela escravidão e pela estrutura hierárquica.

No Brasil, o conceito de agricultura familiar pode ser considerado recente, no qual durante muitos anos várias foram às categorias utilizadas para fazer referência ao trabalhador rural. Neste sentido Abramovay (1994) diz que,

O uso da expressão agricultura familiar no Brasil é muito recente. Anos atrás, os documentos oficiais usavam de maneira indiscriminada e como noções equivalentes “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando não “agricultura de subsistência” (Abramovay, 1994, p. 2).

Termos como esses acabam que desenvolvem um julgamento prévio em relação ao desenvolvimento econômico dessa prática, e não dão devida importância a produção dessa atividade. Para Santos (2016, p. 29), inicialmente ao falar sobre quem são pequenos produtores as pessoas acabam que associando à serem indivíduos que vivem em condições precárias, sem acesso à crédito., trabalham somente com técnicas tradicionais e que não tem a possibilidade de estarem inseridos nos mercados, no entanto, dizer e colocar que essas características sobre a agricultura familiar e conseqüentemente ao produtor/produtora rural, acabam que desconhecendo os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola no Brasil.

Em relação às questões de financiamento no âmbito agricultura familiar, a falta da utilização deste recurso pelos pequenos produtores/produtoras é uma realidade que ainda persiste, contudo, no ano de 1995 foi criado o Pronaf, que segundo o site do programa é definido como: “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) o mesmo é definido como um financiador de projetos individuais ou coletivo, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros de financiamento rural” (Fernandes, 2013), considerado um marco histórico da intervenção do Estado no meio rural brasileiro, esse programa foi à primeira política pública feita em favor dos agricultores familiares no país. Neste sentido, Fernandes (2013) destaca que,

O PRONAF surge como um programa inovador, para atender às necessidades da agricultura familiar brasileira, salientando a importância da mesma como atividade prioritária no sistema de produção agropecuário do país, através do fortalecimento das condições para o aumento da capacidade produtiva, a melhora da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo (Fernandes, 2013, p. 25).

Entretanto muitos produtores não fazem uso desse recurso por o desconhecerem ou porque se tratam de pessoas simplórias que não sabem como obter tais recursos.

Capellesso, Cazella e Búrigo (2018, p. 440) comentam que “ao longo dos últimos 20 anos, o Pronaf tornou-se a política pública setorial de maior expressão junto aos agricultores familiares do País”. A principal finalidade desse programa é dar suporte aos agricultores familiares que tem a menor capacidade de obter recursos financeiros.

Algumas características regionais acabam contribuindo nas ações e capacitações desses recursos oferecidos por esse programa. Dentre as políticas que são voltadas para a agricultura familiar brasileira, a de crédito foi e é sem dúvida uma das mais importantes, onde com ela o produtor familiar adquiriu autonomia e regularidade de fluxo de recursos para custeio e investimento a esta categoria.

Como atividade econômico-produtiva, a agricultura familiar contempla unidades de produção, que estão quase sempre instaladas em áreas reduzidas, que utilizam principalmente a mão de obra familiar, tendo como característica uma diversidade de atividades. Em alguns casos quando há o aumento de demanda pela produção agrícola alguns produtores recorrem ao auxílio de outros trabalhadores em regime temporário, conforme exposto a seguir por Santos (2016),

A pequena propriedade é o imóvel rural explorado pelo agricultor e sua família, sendo possível a ajuda de terceiros e garantindo a eles a subsistência, o progresso social e econômico, o tamanho da pequena propriedade ou posse rural familiar no Brasil é variável; ela é estabelecida conforme a região do país onde está localizada (Santos, 2016, p.27).

Com a possibilidade da ajuda de terceiros, existe uma natureza colaborativa na agricultura, onde a comunidade pode desempenhar um papel significativo nesta prática, isso reflete a interdependência, que pode muitas vezes caracterizar as comunidades rurais. Para Oliveira (2007),

Dessa forma, o camponês dá gratuitamente (ou às vezes coercitivamente) dias de trabalho a outrem. Esta forma, com que se expressa o trabalho familiar excedente não-pago, é a renda da terra em trabalho. Nesta forma de renda o trabalho que o camponês produtor familiar direto efetua para si

mesmo se distingue, no tempo e no espaço, daquele que ele executa para o proprietário da terra, que por sua vez, aparece diretamente como trabalho sob coação para terceiros (Oliveira, 2007, p.59).

No entanto, relacionado com a produção da agricultura familiar, em períodos de alta demanda ou durante atividades específicas como a colheita, o plantio ou o manejo, a ajuda de terceiros como trabalhadores temporários pode ser essencial para concluir tarefas de maneira eficiente.

De acordo com dados dos Censos Agropecuários dos anos de 2006 e 2017, esse tipo de agricultura reúne o maior número de unidades produtivas no país e contribui com parcela significativa de empregos associados às atividades agropecuárias, artesanais e agroindustriais a ele vinculadas, seja no campo ou na cidade (IBGE, 2011).

Mesmo possuindo desigualdades estruturais no processo de formação social e territorial brasileiro, nota-se que no que se refere à agricultura familiar, embora esta esteja regulamentada em lei no Brasil, há uma diversidade e também um dinamismo econômico e social pouco reconhecido pelas políticas públicas vigentes no país. Assim temos que:

Propriedade familiar é considerada o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. Lei 11.326, de 24 de junho de 2006.

O Decreto nº 9.064, de 31.05.2017, regulamenta a Lei mencionada e de acordo com seus dispositivos legais – incisos I a IV do Art. 3º –, é classificado como agricultor familiar todo aquele que cumprir simultaneamente os seguintes critérios:

- I. possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
- II. utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III. auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- IV. ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar. (Decreto nº 9.064; Lei nº 11.326 de 24 de junho de 2006).

O produtor/produtora rural é definido pelo tamanho de sua propriedade, se o produtor/produtora tem uma pequena propriedade ele é considerado um pequeno (a) produtor/produtor. Segundo Santos 2016, o termo 'pequeno produtor rural' foi definido pela Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que estabelece as

diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Santos, 2016, p. 28). Neste âmbito lei classifica como pequeno produtor rural:

Aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturas ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo. No caso de um Proprietário possuir mais de um imóvel contíguos ou não, a soma dos mesmos não poderá ultrapassar a 50 ha sob pena de perder a condição de Pequeno Produtor Rural (Brasil, 1988).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão federal brasileiro responsável por implementar a política agrícola e fundiária do governo, promovendo a reforma agrária e o desenvolvimento rural. Entre as suas atribuições, está a definição do tamanho do módulo fiscal:

O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária que varia de acordo com a região do país e outros fatores específicos. Ele serve como parâmetro para determinar o tamanho mínimo de uma propriedade rural que pode ser considerada como unidade produtiva. Para estabelecer o tamanho do módulo é analisado o tipo de exploração que a propriedade vai fazer e observar se a lavoura será permanente, temporária ou de exploração florestal. Como também, é analisada a renda obtida pela propriedade e o conceito de propriedade familiar (Santos, 2016, p. 28).

O produtor/produtora rural é definido pelo tamanho de sua propriedade, se o produtor/produtora tem uma pequena propriedade ele é considerado um pequeno produtor/produtora. A agricultura familiar, quando vista de maneira abrangente, não apenas abraça a produção de alimentos, mas também desenha um panorama mais completo das comunidades rurais como agentes ativos na promoção do desenvolvimento local e sustentável. Essas múltiplas atividades não apenas contribuem para a subsistência das famílias, mas também para a construção de identidade cultural, preservação ambiental e fortalecimento das comunidades.

2. 2 Agricultura Familiar no Amazonas

A agricultura familiar no estado do Amazonas é única e moldada pelos seus aspectos territoriais e físicos específicos. A complexidade da Amazônia com sua vastidão de florestas, rios e ecossistemas diversos influencia diretamente nas práticas agrícolas e o estilo de vida das comunidades locais.

Elementos como a coexistência com a floresta, a dependência dos recursos naturais, a sazonalidade das águas e a diversidade biológica são fundamentais para compreender essa realidade. A forma de lidar com a água, com os animais, com os recursos naturais da floresta é diferente nas comunidades rurais ribeirinhas, em comparação aos outros grupos sociais constituídos nas cidades, mesmo na Amazônia (Menezes, 2019, p. 85).

A agricultura familiar no Amazonas está intrinsecamente ligada às tradições culturais das populações locais. A história da agricultura familiar frequentemente está entrelaçada com processos de colonização e valorização da terra. A colonização muitas vezes envolveu a distribuição de terras para pequenos (as) agricultores (a), que desenvolveram práticas agrícolas adaptadas às condições locais.

Na Amazônia em geral, a agricultura familiar vem sendo construída historicamente, tanto por homens quanto por mulheres. Como afirma Homma (2003) os principais fatos históricos, vultos, inovações tecnológicas e políticas públicas que marcaram a história da agricultura na Amazônia, desde a presença dos primeiros paleoíndios até a atualidade.

Posto isso, a agricultura, assim como qualquer outra forma de adaptação e construção social humana está em uma linha de constante evolução. Visando produzir alimentos para atender as necessidades humanas, a agricultura familiar utiliza recursos naturais como o clima, a terra, a água, a vegetação e os animais para produzir (Ferreira, 2014).

O apoio da família emerge como um pilar essencial na agricultura familiar do Amazonas. Além dos recursos naturais, a família é de fato a base organizacional, desempenhando um papel crucial na reprodução social e no desenvolvimento das práticas agrícolas. Segundo Noda, 2007,

A família caracterizada pelo grupo doméstico compreende várias gerações e mesmo parentes colaterais com os respectivos cônjuges e filhos. Grande parte das unidades de produção tem na estrutura de famílias extensas a sua constituição básica. Os parentes na estrutura das famílias nucleares são caracterizados pelos cônjuges e os seus dependentes que compartilham uma moradia e, áreas de produção e trabalho é que constituem as unidades de produção e consumo (Noda, 2007, p. 61).

Como a autora revela a transmissão de valores, habilidades e experiências de geração em geração constitui um patrimônio cultural valioso. Essa herança cultural não apenas fortalece os laços familiares, mas também desempenha um

papel fundamental no manejo de animais e no cultivo de lavouras. O conhecimento transmitido oralmente, muitas vezes enraizado nas tradições locais, complementa as práticas agrícolas adaptadas ao ambiente específico da Amazônia.

Entretanto, esta situação tem mudado gradativamente considerando que as novas gerações dessas famílias de agricultores não têm mais interesse em dar continuidade às atividades de seus pais.

“O espaço é produzido, reproduzido, recriado, configurando-se não apenas sociedade, localidade ou ‘comunidade, mas também e, principalmente, como possibilidade’ de ser o lugar de construção e reconstrução da vida em situação rural” (Noda, 2007, p. 30). A agricultura familiar praticada por agricultores da várzea desempenha papéis significativos em várias dimensões indo além do simples autoconsumo.

De acordo com Noda (2007), o sistema de produção em agricultura familiar das comunidades ribeirinhas da calha do Solimões tem como base práticas agroflorestais,

O sistema de produção tem como base, práticas agroflorestais de produção caracterizadas pelo manejo das terras numa integração, simultânea e sequencial, entre árvores e/ou animais e/ou cultivos agrícolas. Os fatores de produção combinados com a utilização de técnicas convencionais e tradicionais, influenciam no sistema produtivo (Noda, 2007, p.32).

Em muitas comunidades do estado do Amazonas a agricultura familiar é a principal fonte de renda e também subsistência dos agricultores/agricultoras ribeirinhos (a) que vivem nessas comunidades, a maioria delas localizadas no ecossistema de várzea. Conforme Noda (2007),

Geralmente, no sistema agroflorestal de produção o principal fornecedor de alimentos energéticos para a sustentação diária dos agricultores são os produtos oriundos das roças ou cultivos de roça. São as paisagens onde parcelas são cultivadas anualmente, em regime de monocultura, rotação ou consórcio. Vários são os arranjos paisagísticos encontrados, onde a produção de diversas espécies pode ser verificada, ocorrendo diversidade de variedades intra e interespecies, manifestando diversidade biológica (Noda, 2007, p. 32).

De acordo com Silvestro (2001), não existe atividade econômica na qual as relações familiares tenham tanta importância quanto na agricultura. Geralmente o local de residência é também o local de trabalho. A família, na agricultura familiar, é uma unidade indissolúvel de geração de renda, onde os filhos e filhas, membros da família se integram aos processos de trabalho desde cedo.

No Amazonas a estrutura fundiária é heterogênea, quando relacionada a

tamanho. No estado predominam estabelecimentos rurais de pequena propriedade, desenvolvem atividades e geram produção para o consumo nas propriedades com venda de excedentes.

Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe a classificação institucional de imóvel rural e que, de acordo com a lei, está condicionada à sua dimensão e produtividade. Quanto à sua dimensão pode ser considerada:

- Pequena propriedade – imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; (Propriedade Rural Familiar).
- Média propriedade – imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais.
- Latifúndio é a área que detém mais de 600 vezes o módulo rural, mas há também área inferior que poderá ser compreendida como latifúndio em virtude do não aproveitamento sustentável da terra, descumprindo a função social (Santos, 2016, p. 32).

Neste contexto, em Anamã as propriedades rurais para a produção da agricultura familiar se caracterizam em propriedades com áreas não superiores a 4 módulos fiscais, sendo assim são nas áreas de pequenas propriedades que essa atividade é praticada, isto se reflete tanto nas áreas de várzea quanto nas terras firmes que compõem o município. No Amazonas, a agricultura familiar tem suas especificidades, tanto de práticas, quanto de relações sociais e econômicas, neste contexto Noda (2006) faz a seguinte observação,

Ela é praticada em ambientes poucos modificados, que não sofrem, ainda, os impactos negativos do avanço da agropecuária estritamente voltada aos mercados ou das ações de projetos de desenvolvimento de grande porte voltados à exploração de recursos naturais. Sua produção é diversificada e, além de permitir uma oferta constante, ampla e variada de alimentos para o auto consumo, proporciona maior estabilidade ao sistema produtivo, pois o suprimento das necessidades básicas (em alimentos da família independe da comercialização, as crises do mercado podem afetar o núcleo produtivo, mas não inviabilizam a sua sobrevivência (Noda, 2006, p. 18).

Sendo praticada sem a presença de grandes intervenções da agropecuária, em Anamã a prática da agricultura familiar ainda se desenvolve em pequenas propriedades, no qual estas são áreas poucos modificadas, e não são identificados projetos de grande porte para o desenvolvimento da mesma. Em Anamã, a agricultura familiar é praticada com uma diversidade de produtos de ciclo curto, principalmente nas áreas de várzea do município, que sofrem forte influência do ciclo hidrológico do rio Solimões, no entanto, nas áreas de terra firme nota-se uma presença maior do cultivo de produtos mais específicos e conseqüentemente de

ciclo longo, já que estas não sofrem influência das cheias e secas do rio.

Além do sustento para a família, no Amazonas a agricultura familiar encontra-se de forma diversificada, não se caracteriza como monocultura, pois o produtor familiar amazônico procura cultivar diversos tipos de produtos. Na perspectiva de Barbosa (2014),

Outra característica observada na agricultura familiar amazônica está ligada à produção excedente. A família pode até produzir além das suas próprias necessidades, o que representa produção excedente; no entanto, o objetivo do agricultor familiar não é a produção em escala, para conformar-se às leis de mercado. A produção excedente da agricultura familiar destina-se à aquisição de bens e serviços para atender as necessidades não satisfeitas pelos produtos resultantes da agricultura familiar (Barbosa, 2014, p.14).

De fato o objetivo do agricultor familiar não é se conformar às leis de mercado através da produção em escala, esta produção e comercialização do excedente na agricultura familiar, ao contrário de muitas práticas agrícolas comerciais, a produção adicional não é destinada principalmente ao mercado, mas sim para suprir as necessidades familiares não cobertas pela produção inicial. Com isso observa-se uma importância da agricultura familiar como um meio de subsistência que vai além da produção de alimentos, abordando as complexidades sociais, econômicas e ambientais dessa prática no estado. Para Barbosa (2014),

A subsistência das famílias e a segurança alimentar estão bem relacionadas; a produção da agricultura familiar proporciona que esses dois fatos aconteçam. Apesar disso, ainda existem famílias que necessitam de apoio para desenvolver a agricultura nas suas propriedades; seja de financiamentos, assistência técnica, infraestruturas de energia elétrica, vias de transporte e regularização da situação fundiária (Barbosa, 2014, p.16).

Com isto há uma interconexão vital entre a subsistência das famílias e a segurança alimentar, mas ainda existem desafios que requerem apoio externo, no qual deveriam existir maiores formas de enfrentar esses desafios como um financiamento mais acessível, uma assistência técnica, uma melhor infraestrutura básica e regularização fundiária das terras dessas famílias.

2. 3 Produção da Agricultura Familiar para o mercado

As unidades familiares de produção mesmo não estando em um contexto de mercado podem estabelecer relações com o capital e se reproduzir numa convivência dinâmica buscando sempre se adaptar ao contexto. Estando inserida na economia de mercado, a atividade produtiva desenvolvida pelos

agricultores/agricultoras familiares das várzeas amazônicas, é desenvolvida basicamente com o uso e o manejo de recursos naturais, com a característica de poucas inversões de recursos financeiros, baixos níveis de geração de emprego e renda o que promove baixa circulação de moeda (Noda, 2007, p.29). As estratégias dos/das agricultores/agricultoras familiares buscam primeiramente garantir a produção para seu próprio consumo e posteriormente vendem os excedentes. Segundo Maluf (2004),

A inserção da agricultura familiar nos mais diversos mercados lhe permite, além da geração da renda, que é um dos principais objetivos, também a reprodução social, através da proximidade com o consumidor do produto que oferece, e a procura por alimentos nos mercados em que os agricultores familiares estão inseridos aumenta devido à relação de confiabilidade que o agricultor desenvolve com o consumidor, o qual vai em busca daquele produto pela qualidade que tem após criar um vínculo com o produtor (Maluf, 2004, p. 305).

Neste sentido, estando inserida em mercados, a prática da agricultura familiar vai além da geração de renda, essa presença da agricultura familiar nos mercados para o fortalecimento da comunidade como um todo, no qual esta prática muitas vezes desempenha um papel importante em questões de preservação das tradições, cultura e das relações sociais.

A proximidade entre produtores e consumidores é capaz de criar um ambiente favorável para que haja o desenvolvimento de relacionamentos mais pessoais, em que os consumidores conhecem os produtores e vice-versa. Segundo Agne e Waquil (2011),

os mercados não são definidos apenas pelo ato comercial, mas, sim, pelo conjunto de ações ao longo da cadeia produtiva, este trabalho tem como finalidade específica descrever o papel dos diferentes agentes no processo de construção social de mercados (Agne; Waquil; 2011, p. 150).

Uma das características do sistema de comercialização se dá a partir das relações de contato nos centros urbanos e com as grandes cidades próximas ou não da área de produção. Neste sentido Noda (2007, p. 55) pontua que os principais atores sociais que participam do processo de comercialização, são denominados genericamente de intermediários, e são encontrados em diferentes locais, principalmente na beira dos rios e nas moradias dos próprios produtores, os portos, as feiras e mercados, estando em constante movimento em suas embarcações fluviais.

Dentre as comunidades visitadas, a presença desses atores sociais no

processo de comercialização é muito evidente, onde a grande maioria dos agricultores/agricultoras familiares não possuem articulação com os grandes centros urbanos para assim realizarem o escoamento da produção, portanto, é por intermédio dessas pessoas, os marreteiros¹, que os agricultores/agricultoras familiares comercializam sua produção, sendo estas entregues nas beiras do rio e portos de suas respectivas comunidades.

A comercialização na agricultura familiar muitas vezes representa um desafio significativo, a falta de domínio do processo produtivo e a ausência de acompanhamento técnico podem ser obstáculos para os agricultores/agricultoras familiares. A presença de intermediários, como marreteiros, evidenciam que haja a existência de uma economia informal e flexível, onde esses agentes na maioria das vezes operam em contextos não formalizados, e sempre se adaptam às condições locais.

No entanto, existe uma dependência de agentes intermediários nas propriedades rurais, com isso seria preciso repensar e fortalecer estratégias que promovam uma distribuição mais justa desses produtos comercializados. Neste sentido, podem existir dois tipos de canais de comercialização, os canais longos e os curtos. Conforme define Darold (2013),

Independentemente da denominação, esses tipos de circuito de comercialização, reforçam a noção de autonomia e conferem um maior peso e participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo (Darold, 2013, p. 9).

Os canais de comercialização longos são caracterizados por existir uma grande distância entre o produtor e o consumidor, são incluídos novos agentes que interferem na distribuição. Os canais de comercialização curtos tendem a ocorrer quando a comercialização é realizada diretamente entre produtor e consumidor, o produtor entrega seu produto diretamente ao consumidor, eliminando assim a presença/figura do atravessador ou intermediário.

É notório que a venda direta o ano todo não é possível em algumas comunidades, muito relacionada às limitações de logística, no qual a distância até os mercados e feiras e a disponibilidade de transporte podem ser obstáculos para a

¹ Marreteiros: Termo regional utilizado pelos caboclos-ribeirinhos para designar os atores sociais proprietários de pequenas embarcações, é o agente da comercialização responsável pelo abastecimento de mercadorias às famílias ribeirinhas. Sua presença deve-se, fundamentalmente, à precariedade dos meios de transporte (Fraxe, Pereira, Witkoski, 2011, p. 208).

venda direta o ano todo, os produtores podem enfrentar custos adicionais, como estadia, alimentação e transporte para levar seus produtos aos locais de comercialização.

As feiras para agricultura familiar desempenham um papel importante no fortalecimento da comercialização dos produtos agrícolas das comunidades rurais, com as feiras os agricultores familiares podem expor e vender seus produtos diretamente aos consumidores. Os agricultores têm maior controle sobre o processo de comercialização, definindo preços e estratégias de venda. Isso contribui para a autonomia econômica das famílias, reduzindo a dependência de intermediários. Nesta perspectiva, Godoy e Anjos (2007),

As feiras livres têm desempenhado um papel muito importante na consolidação econômica e social, especialmente da agricultura familiar sob o ponto de vista do feirante, representando também um espaço público, sócioeconômico e cultural, extremamente dinâmico e diversificado sob o ponto de vista do consumidor (Godoy; Anjos, 2007, p. 364).

Promover e apoiar a organização de feiras da agricultura familiar é uma estratégia importante para impulsionar o desenvolvimento rural e garantir que os agricultores familiares possam prosperar em seus empreendimentos.

A busca pela pluriatividade entre os agricultores familiares é uma estratégia compreensível e muitas vezes necessária para enfrentar os desafios econômicos que podem surgir durante períodos de crise. A pluriatividade refere-se à diversificação das atividades além da agricultura, buscando fontes adicionais de renda, sendo atividades não agrícolas, como artesanato, prestação de serviços.

2. 4 O modo de vida ribeirinho

Na região Amazônica há uma importância muito evidente dos rios e das matas em diferentes perspectivas, principalmente relacionada à circulação de pessoas. Conforme Silva (2017) ressalta,

Quando se discute a identidade das populações que vivem na Amazônia, a comunidade ribeirinha é lembrada imediatamente como uma representação considerada natural da cultura amazônica. É a partir desta discussão que se vê a importância do rio e das matas em diversas perspectivas da região, como exemplo, o traçado da rede fluvial que faz a circulação tanto de pessoas quanto de mercadorias, que consequentemente deu o povoamento na Amazônia no início do século XVII (Silva, 2017, p.3).

Ao longo do tempo, os ribeirinhos têm desenvolvido seu próprio modo de vida, moldado por uma combinação de hábitos, costumes, crenças e, especialmente por um conjunto de técnicas adaptativas. Essas técnicas são fundamentais para a

adaptação às condições ambientais específicas dos ambientes ribeirinhos e para a transformação de seus modos de vida. Nesta perspectiva, Cruz (2007, p.8), evidencia que ribeirinhos, aqui entendidos, literalmente, como quem mora às margens do rio, ou em alguns casos, sobre o rio, em casas flutuantes ou palafitas.

A relação dos ribeirinhos com o rio muitas vezes é caracterizada por uma harmonia profunda e simbólica. Essas comunidades estabelecem uma ligação vital com o rio que vai além do simples aspecto geográfico de ser o lugar de moradia. O entendimento de Silva (2017), é que,

Ao utilizar da água do rio como fonte de subsistência, é usada tanto para beber, tomar banho e lavar utensílios domésticos quanto para realizar atividades como a pesca, com instrumentos como o anzol e linha, tarrafa, matapi, rede de arrasto e batção (Silva, 2017, p. 4).

Há uma interdependência dos ribeirinhos com a terra e a água, destacando como suas atividades estão intrinsecamente ligada ao ciclo natural, a prática da agricultura e da pesca pelos ribeirinhos geralmente segue padrões sazonais determinados pelo ciclo da natureza, eles plantam suas colheitas e realizam atividades de pesca em momentos específicos, muitas vezes guiados pelo ciclo hidrológico dos rios, padrões de chuva e outros elementos naturais. Na perspectiva de Cruz (2007),

Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas, o camponês-ribeirinho oferece sua proteção, por meio de suas representações (seus mitos), como a mãe-d'água, a cobra grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta relação dialética da humanização da natureza e naturalização do homem (Cruz, 2007, p.8).

Nas comunidades ribeirinhas a tradição é de grande importância para a organização territorial por enquadrar experiências e atividades das populações tradicionais, valorizando muitas vezes as representações simbólicas ao longo do tempo, onde essas experiências são passadas de pai para filho. Assim sendo,

Decerto, as identidades não são absolutas, prontas e acabadas. Elas se estabelecem no convívio social, no qual se cria e recria constantemente o sistema de valores e crenças, a compreensão do sentido de objetos, ações e relações interpessoais de um determinado grupo caracterizando perante os demais (Ribeiro, 2007, p.8).

O modo de vida ribeirinho incorpora uma harmonia cuidadosa com a natureza, onde as comunidades dependem dos recursos aquáticos enquanto respeitam os ciclos naturais e se adaptam às condições ambientais variáveis. O

modo de vida ribeirinho na Amazônia torna-se muito influenciado pela geografia, ecologia e culturas únicas da região.

Conforme Silva (2017, p. 8), para a organização territorial dos ribeirinhos a tradição é de grande importância, pois dentre as atividades e/ou experiências tradicionais que visam valorizar as representações simbólicas ao longo da história, no qual as experiências são passadas de pai para filho a cada ciclo. Assim, as práticas e costumes são transmitidos ao longo do tempo, conectando assim as gerações passadas, presentes e futuras, essa cultura por sua vez está materializada enquanto estruturas espaciais no ambiente ribeirinho.

O processo de construção da forma de vida ribeirinha está enraizado na experiência prática e na sabedoria acumulada ao longo das gerações, refletindo uma relação íntima e dinâmica com o ambiente amazônico. Conforme Cruz (2007) assinala,

Os camponeses-ribeirinhos estão estabelecidos há muito tempo na várzea amazônica, sendo sua origem e formação o resultado de um prolongado processo de intercâmbio cultural, iniciado no século XVII, com a ocupação luso-espanhola, que ocasionou alterações no modo de vida das inúmeras sociedades indígenas que habitavam a região (Cruz, 2007, p.12).

Ações como essas, de ocupação e alteração do modo de vida, desempenharam um papel crucial, pois de modo permanente alteraram as características indígenas, cablocas e ribeirinhas na Amazônia, transformando e mudando gradualmente esta em uma região muito marcada pela influência colonial portuguesa.

As áreas de várzea na região amazônica possuem uma dinâmica cíclica, que resulta em plantações temporárias pelos agricultores, associadas com o movimento de atividades de agricultura de subsistência pelos ribeirinhos, as técnicas utilizadas nessas áreas, são plantações de produções rápidas, onde as colheitas são feitas antes das terras serem submersas pelas águas.

Os ribeirinhos vivem em pequenas comunidades, no qual a maioria estão localizados a beira dos rios, igarapés e igapós que compõem o vasto estuário hidrológico da região. Tanto nas terras firmes quanto nas várzeas, há uma grande variabilidade de fatores que dão a estes ambientes características bastante peculiares (Pinto, 2005, p. 40).

3 METODOLOGIA

A adoção e a aplicação de uma metodologia adequada é um elemento essencial para a condução de pesquisas em geografia relacionadas à temática discutida. Essas práticas são fundamentais na construção de novos conhecimentos científicos no contexto amazônico. Neste sentido, Botelho e Cruz (2013) ressaltam que,

A metodologia é apresentada como o estudo dos métodos, da forma ou dos instrumentos usados para a realização de uma pesquisa científica; é o conhecimento dos métodos que auxiliam o pesquisador na elaboração do trabalho científico (Botelho; Cruz, 2013, p. 68).

Isso implica que a metodologia não é apenas um requisito formal, mas uma ferramenta valiosa que orienta e apoia o pesquisador ao longo do processo. Como instrumento auxiliar na elaboração da pesquisa científica, a metodologia auxilia não só na coleta de dados, como também no processo de concepção, organização e apresentação dos resultados de maneira coerente e significativa.

3.1 Método

O método científico fornece uma estrutura sistemática para a investigação e contribui para a objetividade e confiabilidade do conhecimento científico. Severino (1992, p. 121), definindo método: “é o conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem os cientistas descobrir as relações causais constantes que existem entre os fenômenos”. O método científico é um processo sistemático usado pelos cientistas para investigar fenômenos naturais, adquirir conhecimento e formular explicações baseadas em evidências.

A escolha do método Dialético indica uma abordagem específica para a pesquisa, enfocando a compreensão das mudanças nas relações sociais de um município com seu espaço, ao longo do tempo. Ao adotar essa abordagem metodológica, foi feita a busca de uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e econômicas, não apenas descrevendo o que aconteceu, mas também explorando as razões subjacentes e as implicações mais amplas dessas mudanças.

O método dialético irá justamente buscar as relações concretas e efetivas por trás dos fenômenos. Segundo Chagas (2011),

Para Marx, o método dialético é visto como método de investigação e de exposição difere-se sem separar, esses dois momentos, pressupondo que o objeto só pode ser exposto depois de ser

investigado, analisado criticamente em suas determinações essenciais (Chagas, 2011, p.8).

Em pesquisas científicas, o método dialético pode ser aplicado por meio de análise das contradições e dos conflitos presentes em um determinado fenômeno, seja na análise de dados e informações contraditória, na formulação de hipóteses e argumentos, ou na análise das transformações e mudanças ocorridas ao longo do tempo, essa abordagem permite uma compreensão mais profunda e abrangente do fenômeno em estudo.

3.2 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa foram através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Bibliográfica, pois para a fundamentação teórica- metodológica foram realizados levantamentos sobre os aspectos físicos, sociais e climáticos do município, localização; temas, discussões e conceitos sobre agricultura familiar. Documental, pois se fez necessário o acesso às informações de órgãos públicos do município, no qual trabalham a questão da agricultura familiar. De campo, porque houve a coleta de dados sobre a agricultura familiar no município, agricultores e indivíduos sujeitos da pesquisa.

Portanto o presente estudo se caracteriza como uma pesquisa de caráter quali-quantitativo, no qual uma pesquisa quali-quantitativa envolve a combinação de métodos qualitativos e quantitativos para coletar e analisar dados.

A escolha da abordagem qualitativa para este estudo indica uma ênfase na compreensão profunda das experiências, percepções e relações individuais em relação à realidade. Conforme Godoy (1995),

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada (Godoy, 1995, p.62).

Usou-se da abordagem quantitativa, no qual os dados obtidos nessa abordagem foram tabulados em planilhas eletrônicas e submetidos à análise exploratória gráfica, isso contribuiu para uma interpretação mais informada e contextualizada dos resultados. Segundo Mineiro, (2022),

A pesquisa de abordagem quantitativa foca no controle dos dados, utilizando-se de instrumentos e técnicas objetivas para discutir as informações obtidas por meio de uma análise subsidiada por instrumentos matemáticos, buscando generalizações (Mineiro, 2022, p. 207).

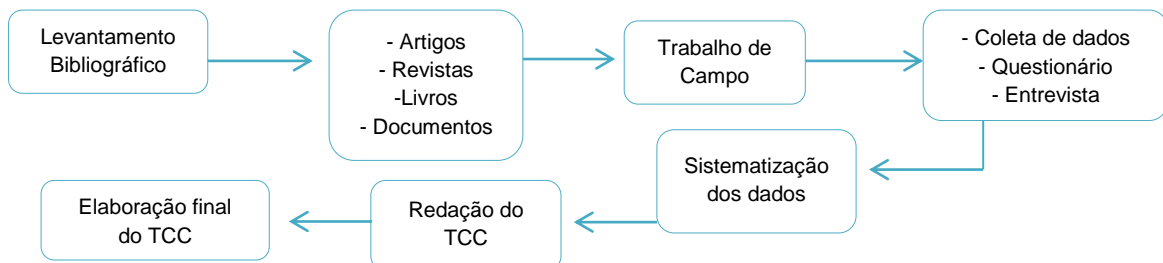
Essa abordagem é útil quando se deseja obter uma compreensão abrangente de um fenômeno. De modo geral, é possível tanto estar medindo o tamanho e a intensidade de um fenômeno, quanto averiguar suas causas e consequências (Souza; Felipe, 2021, p.6).

Para mais detalhamento e melhor aplicação dessa abordagem quali-quantitativa, no presente estudo a pesquisa de campo evidenciou-se de grande importância, onde esta pesquisa destaca-se pela busca ativa de informações no ambiente real em que o fenômeno ocorre, exigindo do pesquisador uma participação direta e a capacidade de coletar dados de maneira precisa e contextualizada. Neste sentido Gonsalves (2001),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (Gonsalves, 2001, p.67).

A pesquisa de campo destaca-se por envolver uma interação direta entre o pesquisador e a população alvo. Esse contato pessoal pôde proporcionar uma compreensão mais profunda e contextualizada do fenômeno estudado, permitindo ao pesquisador obter informações de primeira mão.

Figura 1- Fluxograma dos Prodecimentos Metodológicos



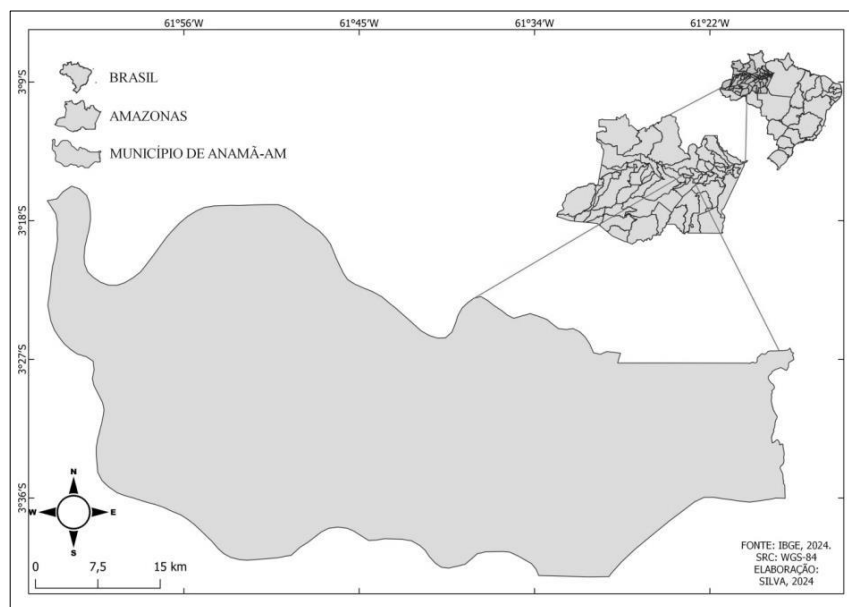
Baseando-se nos objetivos deste estudo, foi formulado um fluxograma da metodologia de pesquisa, o fluxograma acima ilustra o fluxo de atividades que foi executado no trabalho como um todo.

3.3 Localização de Anamã: A Veneza da Amazônia

O município de Anamã está localizado no estado do Amazonas à margem esquerda do rio Solimões, a oeste de Manaus, capital do estado, distante cerca de 160 quilômetros, nas coordenadas geográficas de Latitude: 3° 34' 49" Sul e de Longitude: 61° 24' 16" Oeste, (Prefeitura Municipal de Anamã). Limita-se ao norte e oeste com o município de Anori; ao sul, com o município de Beruri; e a leste, com Manacapuru.

Em 1989, o governo federal aprovou a nova divisão regional do território brasileiro em meso e microrregiões realizada pelo Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com o intuito de facilitar o levantamento de dados estatísticos sobre o território. Nessa regionalização Anamã passou a fazer parte da mesorregião Centro Amazonense e da microrregião de Coari (IBGE, 1990, p.23).

Mapa de Localização do Município de Anamã - AM



Fonte: SILVA, 2023

Anamã recebeu esse adjetivo de Veneza da Amazônia em virtude dos alagamentos ocorridos em virtude das cheias sazonais do rio Solimões, com duração de três meses, como afirma Peixoto (2021, p. 31) “O fenômeno faz moradores construir ‘casas flutuantes’ coloridas para enfrentar as dificuldades da vida sobre as águas”. Numa demonstração da influência da dinâmica dos rios da Amazônia no cotidiano das populações locais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Anamã: um pouco sobre sua formação territorial

Certamente, em busca de terras férteis e de seringais é que chegariam as primeiras pessoas que iriam formar os agregados humanos iniciantes, o local foi rota de seringueiros e aventureiros.

O povoamento do município teve início por volta de 1936 com a inserção de antigos seringueiros vindos do estado do Acre. Em 1968, o povoado foi levado a distrito. Em 1976, através do decreto-lei nº 177 de 21 de Junho, Anori, um distrito próximo, é elevado à categoria de município e Anamã torna-se distrito de Anori (Prefeitura Municipal de Anamã, 2023).

Quanto a sua emancipação, no ano de 1940, o distrito tornou-se muito conhecido por seus seringais. Adotou, popularmente, o nome de *Alto Seringal*, porém esse nome não foi reconhecido pelo governo. Em 1965, o local passou a ser conhecido como *Princesa de Anori* por populares.

E então somente no ano de 1981, pela emenda constitucional nº 12, foi conseguido em Brasília pelo então vereador de Anori Sebastião Pacheco Teles, que o distrito de Anamã fosse desmembrado de Anori, e passasse a constituir o novo município, Anamã. Em 1982 aconteceram as eleições municipais, vencidas pelo próprio Sebastião Pacheco Teles. Em conformidade com a Lei Municipal nº 298 de 26.09.2017, que estabelece o dia 31 de Janeiro, como o dia Oficial do Aniversário do Município de Anamã. (Prefeitura Municipal de Anamã, 2023).

Na configuração do nome das comunidades que compõem o município de Anamã, dentre elas Comunidade São Sebastião, Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, evidencia-se a forte presença da igreja na formação dessas, neste sentido, Cruz (2014) ressalta que,

A atual configuração das cidades amazônicas é fruto de um processo complexo e dinâmico que remonta ao período colonial com os portugueses sendo os principais responsáveis pelo surgimento de cidades com grandes características europeias. Porém, a Igreja esteve presente na região desde o início da colonização através dos missionários dominicanos, agostinhos, carmelitas, mercedários, franciscanos e os jesuítas que contribuíram significativamente na formação do espaço geográfico amazônico (Cruz, 2014, p. 7).

Nas terras amazônicas, as missões religiosas desempenharam um papel significativo na expansão territorial, contribuindo para o fortalecimento da presença portuguesa na região e na evangelização dos povos indígenas.

É notória uma forte presença dos vestígios do papel da igreja, estando explícito nos nomes das comunidades que compõem o município de Anamã, no qual por mais que estas comunidades tenham outro nome, em registros oficiais acabam adotando o nome de um Santo Padroeiro. Nota-se que houve uma influência da Igreja Católica como agente de reprodução socio-espacial no processo de ocupação da Amazônia.

4.1.1 Anamã em seus aspectos morfoclimáticos

O clima do município é tipicamente Am, tropical de monção, segundo a classificação de Köppen, apresentando nitidamente as estações secas e chuvosas. Neste sentido, Rolim (2007) acrescenta que,

A classificação pode estar baseada apenas em variáveis climáticas ou na correlação destas com as características da vegetação, como a classificação de Köppen, que relaciona a temperatura e a precipitação pluviométrica associadas à fitogeografia a partir de critérios numéricos que definem os tipos climáticos (Rolim, 2007).

Esse clima apresenta precipitação anual acumulada, têm a existência de um pequeno período de seca que pode variar de 1 a 3 meses. Outubro se destaca como o período mais quente, exibindo uma média de temperatura de 33 °C, enquanto junho geralmente é considerado o mês mais frio, com uma média de 27 °C.

As temperaturas máximas raramente ultrapassam os 38 °C, mesmo nos meses mais quentes, que são setembro, outubro e novembro. Durante o inverno, apesar da possibilidade de temperaturas baixas, caracteriza-se por uma temperatura amena, sendo que de novembro a março concentram-se 85% da precipitação anual. (Prefeitura Municipal de Anamã, 2023).

Relacionado à pedologia do município, os solos encontrados são os Gleissolos Háplico, no qual são predominantes em planícies de inundação, correspondente à 7,71% da área do município, com extensão de aproximadamente 187 km² (IBGE, 2020), e os Neossolo Flúvico, sendo este pouco desenvolvido, corresponde à 0,77% de sua área, com extensão de aproximadamente 18 km² da área total do município (Ferreira, 2022) .

Quanto à vegetação do município são encontradas duas formações de cobertura vegetal, Floresta Ombrófila Densa Aluvial e Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas (Ferreira, 2022). De acordo com o IBGE (2012), a Floresta Ombrófila Densa Aluvial é a formação ribeirinha ou “floresta ciliar” que ocorre ao longo dos

cursos de água, ocupando os terraços antigos das planícies quaternárias (Figura 2). Conforme o IBGE (2012), a Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas, é uma formação que em geral ocupa as planícies costeiras, capeadas por tabuleiros plioleístocênicos do Grupo Barreiras.

Figura 2 - Mata Ciliar do Rio Solimões



Fonte: SILVA, 2023

4.1.2 Panorama socioeconômico anamãense

De acordo com dados do último censo de 2022, a população estimada do município é de 9.962 pessoas (IBGE 2022), a densidade demográfica é de 4,07 por km² no território.

Comunidades e vilas compõem o município de Anamã, num território de 2.453,934 km², cujas principais são: Arixi; Cuia; Novo Brasil; Mato Grosso; Nossa Senhora de Nazaré e as indígenas São José e Eware (Tikunas), Bom Jesus, Nova Esperança e Santa Luzia (Kokamas) na Ilha do Camaleão (Prefeitura Municipal de Anamã).

As comunidades indígenas que compõem o território do município de Anamã fazem parte da reserva indígena da ilha do Camaleão - com uma superfície de 236,78 ha (duzentos e trinta e seis hectares e setenta e oito ares), perímetro de 9.638, 30 metros - homologada em 03 de julho de 1995, como Terra Indígena de posse imemorial e tradicional dos grupos indígenas tikuna e kokama, está incluída nos domínios territoriais desse município (FUNAI, 1995). Uma região banhada pelo

Rio Amazonas que ocupa a porção sudeste do município de Anamã, localizada próxima a confluências dos Rios Purus e Solimões, de biodiversidade variada, cercada de rios e lagos que são fundamentais para a sobrevivência das populações que ali habitam (Cazuza, 2021, p. 32).

A extensão territorial do município de Anamã está situada em áreas de várzeas e terra firme. Segundo Lui e Molina (2009, p. 214), a várzea é reconhecida, genericamente, pela sua riqueza de recursos e instabilidade nas condições de ocupação. A área de várzea, apesar de sofrer influência das cheias sazonais, possui uma dinâmica cíclica que resulta em plantações temporárias pelos agricultores.

A sede do município está incluída nas áreas que são atingidas pelas cheias anuais (Figura 3), no qual o modo de vida é alterado de acordo com a subida das águas. Algumas comunidades do município se localizam em áreas de terra firme, e com isso não sofrem influência direta da dinâmica hidrológica dos rios.

Figura 3 - Sede do Município de Anamã



Figura a) Sede do município de Anamã em época de seca; **b)** Sede do município de Anamã em época de cheias.

Fonte: Prefeitura Municipal de Anamã, 2021

4.1.3 Trabalho e Rendimento em Anamã

O Setor Público tem papel relevante no desenvolvimento desse município, juntamente com o Setor Agropecuário, e os demais setores que contribuem são o setor de Comércio e Serviço e o de Indústria. De acordo com dados do IBGE (2021) o salário médio mensal em Anamã é de 1,6 salários mínimos (Quadro 1).

Quadro 1 - Trabalho e Rendimento Anamã

Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2021)	1,6 salários mínimo
Pessoal ocupado (2021)	576 pessoas
População ocupada (2021)	4,03%

Fonte: IBGE, 2021

Considerado um centro local de baixa influência nos municípios vizinhos, o município de Anamã fica perto da cidade de Manacapuru, Amazonas. Anamã é o 4º município mais populoso da pequena região de Manacapuru, com quase 10 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 138,6 milhões de reais, sendo que 53,4% do valor adicionado advêm da administração pública, na sequência aparecem as participações da agropecuária (27%), dos serviços (14,7%) e da indústria (4,9%), (IBGE, 2021).

O município possuía 502 empregos com carteira assinada até o ano de 2021, a ocupação predominante destes trabalhadores é a de trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas (108), seguido de assistente administrativo (55) e de professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta série) (52). A remuneração média dos trabalhadores formais do município é de R\$ 1,7 mil, valor abaixo da média do estado, de R\$ 3,1 mil, (IBGE, 2021).

Do total de trabalhadores, as três atividades que mais empregam são: administração pública em geral (494), geração de energia elétrica (2) e comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação (2). Entre os setores característicos da cidade, também se destacam as atividades de administração pública em geral e geração de energia elétrica.

4.1.4 A Escolaridade da população Anamãense

Em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O indicador, que mede a qualidade da educação, foi pensado para facilitar o entendimento de todos e estabelecido numa escala que vai de zero a dez. Com o Ideb, os sistemas municipais, estaduais e federal de ensino têm metas de qualidade para atingir (Ministério da Educação).

Diante dos dados obtidos por meio do IBGE (2021), a taxa de escolarização do município de Anamã está por volta de 93,6%, na faixa etária de 6 a 14 anos de idade. (Quadro 2).

Quadro 2 - Educação no Município de Anamã

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010)	93,6%
IDEB- anos iniciais do Ensino Fundamental- [Rede pública] (2021)	5,0
IDEB- anos finais do Ensino Fundamental – [Rede pública] (2021)	4,7
IDEB- Ensino Médio	3,6
Matrículas no Ensino Fundamental (2021)	2.084 matrículas
Matrículas no Ensino Médio (2021)	722 matrículas
Docentes no Ensino Fundamental (2021)	127 docentes
Docentes no Ensino Médio (2021)	36 docentes
Número de estabelecimentos (Escolas) de Ensino Fundamental (2021)	25 escolas
Número de estabelecimentos (Escolas) no Ensino Médio (2021)	5 escolas

Fonte: IBGE, 2021

No município de Anamã, a meta ser atingida no Ideb do ano de 2021 era de 5, para os anos iniciais do Ensino Fundamental para escolas da rede pública de ensino, meta esta que foi atingida no referido ano (quadro 3). Como meta para os anos finais do Ensino Fundamental de 5,5 o município não conseguiu alcançá-la, tendo como índice somente 4,7. Para os anos do Ensino Médio, tendo meta inicial para o ano de 2021 o índice de 3,4, o município alcançou 3,6 de índice do Ideb (quadro x), atingindo assim a sua meta estabelecida.

Para o Ensino Fundamental no município até o ano de 2021 foram registradas 2.084 matrículas e Ensino Médio somente 722 matrículas. O município de Anamã abriga 25 escolas que oferecem o Ensino Fundamental e 5 escolas que ofertam o Ensino Médio. Em toda extensão do município são encontrados 127 docentes para o Ensino Fundamental e 36 docentes para o Ensino Médio.

4.2 Agricultura Familiar em Anamã: uma caracterização

No município, a sua principal fonte de renda não vem propriamente da agricultura familiar. Em Anamã, a presença da agricultura familiar está fortemente inserida nas comunidades rurais do município, tendo em vista que esses agricultores dependem intimamente dessa atividade para geração de renda.

O município abriga pequenos negócios, dos quais um total de 108 empresas são formalizadas com CNPJ. Dessas 108 empresas, cerca de 54 estão classificadas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte e 54 estão classificadas como Microempreendedores Individual. No Município de Anamã, grande parcela das empresas formalizadas estão concentradas nos setores de comércio e Serviços, dentre elas temos o Comércio de produtos alimentícios - Minimercados; Comércio de Vestuários e Acessórios; Comércio de Produtos Farmacêuticos; Comércio de Armarinhos; Comércio de Combustíveis, dentre outras (SIMPLES Nacional², 2019).

Em Anamã uma das principais fontes de renda está associada à prática da agricultura familiar, tanto nas áreas de várzea quanto nas áreas de terra-firme. Portanto, para análise da agricultura familiar em Anamã, a coleta de dados para o diagnóstico do perfil dos agricultores/agricultoras familiares, foi realizada em três comunidades que compõem o município, sendo elas a Comunidade Vila Cuinha, Comunidade São Sebastião e Comunidade Santa Maria. Do qual foram visitados 15 estabelecimentos agrícolas, 5 em cada comunidade acima mencionada.

No município as principais atividades ligadas à agricultura familiar são encontradas nas áreas de várzea do Rio Solimões, no qual essas comunidades se localizam às suas margens.

Dentre as atividades nas várzeas se pratica a policultura, que nada mais é que o cultivo e produção de diversos produtos, neste sentido, a monocultura no município de Anamã é praticada fortemente nas áreas de terra firme, pois os agricultores/agricultoras optam por cultivar produtos mais específicos, de média a longa duração, já que suas áreas não sofrem influência direta do ciclo hidrológico dos rios. Neste sentido, as comunidades que praticam a agricultura familiar estão inseridas tanto nas várzeas quanto terra-firme do município (Quadro 3).

² O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Quadro 3 - Comunidades do Município de Anamã

Comunidade ou Vilas	Localidade	Área	Nº de Famílias
Comunidade Santa Maria	Rio Solimões	Várzea	112
Vila Cuiha	Rio Solimões	Várzea	215
Comunidade São Sebastião	Rio Solimões	Várzea	57
Comunidade Nossa Senhora do Nazaré	Rio Solimões Costa do Gabriel	Várzea	76
Comunidade Menino Jesus	Rio Solimões Costa do Gabriel	Várzea	45
Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Rio Solimões Costa do Gabriel	Várzea	113
Comunidade Vila Nova	Rio Solimões Costa do Gabriel	Várzea	98
Comunidade Divino Espírito Santo	Rio Solimões Ilha do Purus	Várzea	17
Comunidade Bom Jesus	Rio Solimões Ilha do Purus	Várzea	36
Comunidade Nova Esperança	Rio Solimões Ilha do Purus	Várzea	102
Comunidade São Paulo	Paraná do Anamã	Várzea	33
Comunidade São Benedito/ Jaburu	Paraná do Anamã	Várzea	18
Comunidade Repartimento	Paraná do Anamã	Várzea	4
Comunidade Gravetão	Paraná do Anamã	Várzea	17
Comunidade Barroso	Lago do Anamã	Terra-Firme	36
Vila Arixi	Lago da Anamã	Terra-Firme	191
Vila Novo Brasil	Lago do Anamã	Terra-Firme	73
Vila Alexandre	Lago do Anamã	Terra-Firme	52
Vila Mato Grosso	Lago do Anamã	Terra-Firme	107
Comunidade Primavera	Lago do Anamã	Terra-Firme	56
Comunidade Socó	Lago do Anamã	Terra-Firme	39

Fonte: Secretaria de Produção do Município, 2023

4.2.1 Perfil Socioeconômico dos agricultores familiares

Tratando do perfil socioeconômico dos (as) agricultores/agricultoras familiares de Anamã, dos quais os dados obtidos foram das 3 comunidades visitadas, o presente estudo constatou que a idade média dos produtores, diretamente envolvidos em unidades de produção familiar de várzea, apresentou-se

na faixa de 35 a 65 anos. Média de idade esta que corresponde à dados das três comunidades em que o perfil dos agricultores foi realizado.

Esses produtores, em sua maioria são do sexo masculino e as mulheres compõem menores taxas de envolvimento nas atividades de produção. O percentual menor de participação da mulher nas atividades de produção está relacionado à divisão de tarefas entre a produtiva e a doméstica. Dados como esses mostram que o município segue uma tendência de envelhecimento do agricultor familiar.

Analisando a faixa etária dos agricultores/agricultoras familiares, e em conversa com alguns deles, nota-se o envelhecimento do agricultor familiar no município de Anamã, no qual a população jovem do município, principalmente aqueles que residem nas áreas rurais não estão interessados ou demonstram interesse em seguir esta prática agrícola.

Muitas vezes incentivados pelos pais, os jovens das áreas rurais do município de Anamã preferem procurar outra forma de fonte renda. O incentivo dos pais associa-se muito pela dificuldade que estes sofreram na reprodução da agricultura. Alguns agricultores entrevistados relataram que preferem ver seus filhos estudando, tendo um bom emprego, do que vê-los inseridos na agricultura.

O desempenho econômico das famílias está relacionado à interferência do nível de escolaridade, neste sentido, a escolaridade dos (as) agricultores/agricultoras nas comunidades visitadas, variam índices de que nunca frequentaram a escola, no qual foram evidenciados agricultores/agricultoras familiares com níveis de escolaridade de 1º ao 5º ano, do nível de Fundamental II e Ensino Médio, destacando-se em sua maioria com escolaridade somente de 1º ao 5º ano, já que no momento da pesquisa e aplicação da pesquisa este nível foi o que prevaleceu na resposta dos agricultores/agricultoras, sendo pouquíssimos aqueles que conseguiram concluir o Ensino Médio, (Quadro 4).

Quadro 4 - Escolaridade dos Agricultores Familiares

Nível de Escolaridade dos Agricultores Familiares		
Escolaridade	1º ao 5º ano	60%
	6º o 9º ano	30%
	Ensino Médio Completo	10%
	Ensino Superior	-

Fonte: SILVA, 2023

Dentre as três comunidades, todas oferecem o ensino médio tecnológico, modalidade de ensino recentemente implantado para beneficiar comunidades, através do Centro de Mídias do Estado do Amazonas (Cemeam), criado no ano de 2008, com intuito de levar educação para as mais remotas comunidades que compõem o estado do Amazonas.

Nas áreas de várzea visitadas, o tempo média de residência é de 30 anos, sendo o tempo mínimo de 5 anos e máximo de 40 anos. Metade dos núcleos familiares é constituída por grupos de 4 a 6 pessoas. As situações fundiárias predominantes nas áreas de produção das comunidades estão denominadas como próprios, seguido por arrendados, não se evidenciando a presença de partilha e posseiros (Quadro 5).

Quadro 5 - Perfil dos Agricultores Familiares em Anamá/AM

Tempo Médio de Residência (anos)	30 anos	
Composição do núcleo familiar	1 a 3 pessoas	31%
	4 a 6 pessoas	50%
	Mais de 7 pessoas	19%
Situação do imóvel	Próprio	70%
	Arrendado	30%
	Posseiro	-
	Partilha	-
Tempo que exerce a atividade atual	1 a 10 anos	12%
	11 a 20 anos	40%
	Mais de 20 anos	48%
Carteira de Produtor	Possui	80%
	Não possui	20%
Associação à Sindicato	Sim	90%
	Não	10%
Participação em Associação de Agricultores	Sim	60%
	Não	40%

Fonte: Silva, 2023

Dos (as) agricultores/agricultoras familiares que se dispuseram a contribuir com a pesquisa, quando perguntados há quanto tempo exerciam a atividade da agricultura, ficaram divididos entre cerca de 10 e mais de 20 anos de prática. Entre os produtores/produtoras quem compõem as comunidades, a maioria destes está envolvida na organização e participação de alguma entidade de classe do município (por exemplo, sindicato e colônia de pescadores).

4.2.2 Perfil das propriedades de produção agrícola

O uso de técnicas inadequadas pode limitar a eficiência e a produtividade, colocando os agricultores/agricultoras em desvantagem competitiva. Isso destaca a necessidade de adaptação e desenvolvimento de soluções tecnológicas específicas para as condições e recursos disponíveis aos agricultores familiares. Conforme Albuquerque (2015),

Parece inquestionável que um dos importantes entraves à competitividade dos agricultores familiares é a utilização de tecnologias inadequadas. Neste contexto, existe um esforço considerável - embora não suficiente - de desenvolvimento de tecnologias voltadas para os agricultores familiares (Albuquerque, 2015, p. 29).

Das propriedades visitadas, foi notório que muitas produções oriundas desta atividade não utilizam nenhum tipo de tecnologia. Portanto, os agricultores/agricultoras familiares fazem uso somente das técnicas tradicionais para produção e cultivo de seus produtos oriundos da agricultura familiar.

A mão de obra empregada para o desenvolvimento das atividades diretamente relacionadas com a produção agrícola é do tipo familiar e envolve de 4 a 6 pessoas (Quadro 6). A idade média dos envolvidos na produção familiar está entre 30 e 60 anos.

Quadro 6 - Perfil das Propriedades de Produção Agrícola

Mão de obra empregada	Familiar	100%
	Terceirizada	-
Nº de pessoas que trabalham	1 a 3	40%
	4 a 6	60%
Idade média dos envolvidos (anos)	8 a 20	10%
	21 a 39	30%
	40 a 60	60%
Motivação para a produção	Fonte de renda	60%
	Demanda de mercado	10%
	Conhecimento do cultivo	30%
Fatores que limitam a produção	Crédito	20%
	Assistência	-
	Baixo preço do produto	70%
	Qualificação	10%

Fonte: SILVA, 2023

Entre as razões declaradas pelos (as) agricultores/agricultoras para o cultivo dos produtos encontradas nas unidades produtivas, estão a demanda de mercado e o conhecimento de cultivo. Relaciado a motivação para a produção, a demanda de

mercado e o conhecimento de cultivo são apontados pelos produtores como as principais razões para tal, seguidas pelo maior preço e pela demanda de mercado. E sobre os fatores que limitam o crescimento da produção, o que se descata é o baixo preço dos produtos e em seguida a falta de qualificação profissional para produção. Neste sentido Albuquerque (2015) ressalta que,

O baixo nível tecnológico dos agricultores familiares brasileiros não pode ser explicado apenas pela falta de tecnologia adequada; ao contrário, em muitos casos, mesmo quando a tecnologia está disponível, esta não se transforma em inovação devido à falta de capacidade e condições para inovar (Albuquerque, 2015, p. 30).

Os (as) agricultores/agricultoras familiares podem enfrentar obstáculos relacionados à habilidade, conhecimento ou recursos necessários para adotar e implementar novas tecnologias de maneira inovadora. Isso destaca a importância não apenas de fornecer tecnologia, mas também de capacitar os agricultores para utilizá-la de maneira eficaz.

4.2.3 escoamento e comercialização da produção

Nas comunidades vistas, as principais formas de escoamento da produção são feitas para projetos municipais, através das associações, e venda para marreteiros. Como transporte para a produção destacam-se os barcos, mais conhecidos como recreios, no qual são mais utilizados por aqueles (as) agricultores/agricultoras que vendem diretamente para os marreteiros (Quadro 7).

Quadro 7 - Produção e Comercialização dos Produtos Agrícolas

Forma de transporte da Produção	Canoa	10%
	Barco (recreio)	10%
	Entrega na propriedade para marreteiros/compradores	80%
	outros	-
Tipo de embalagem	Saco de trigo	50%
	Paneiro	-
	Caixa de isopor	-
	Caçapa de madeira	50%
Número de colheitas por semana	1 vez	25%
	2 vezes	50%
	Mais de 3 vezes	25%
Venda para outros municípios	Sim	-
	não	100%
Comercialização da produção	Entrega a terceiro	30%
	Entrega para associações	70%

	Estabelecimentos	-
Qual a fonte de renda em época de cheia	Pesca	100%
	Outra	
Renda obtida com a comercialização	Até R\$ 200	-
	Ate R\$ 400	70%
	Até R\$ 800	-
	Até R\$ 1.000	-
	Mais de R\$ 1.000	30%

FONTE: SILVA, 2023

Dentre as embalagens para transporte da produção está às caixas de madeira, sacos de trigo, nome popular dado pelos agricultores, no entanto, dependendo do produto varia a sua forma de transporte (Figura 4).

Figura 4 - escoamento da Produção do Município de Anamá



Figura a) escoamento e transporte do jerimum; **b) e c)** escoamento e transporte em caixas de madeiras do mamão; **d)** escoamento e transporte em sacos de trigo do milho e da macaxeira/mandioca.

Fonte: Prefeitura Municipal de Anamá, 2023

O número de colheitas por semana, são realizadas dentre duas a quatro vezes semanalmente, no qual é válido destacar que essa frequência da colheita ou não depende de cada produto.

Nas comunidades visitadas, assim como em outras localidades do estado do Amazonas, os produtos oriundos da agricultura familiar são comercializados dentro do próprio município, principalmente por aqueles (as) agricultores/agricultoras que fazem parte de alguma associação ou entidade de classe e conseqüentemente participam de programas tanto estaduais quanto municipais, produtores/produtoras estes que possuem carteira de produtor rural, já aqueles agricultores/agricultoras que não são associados a nenhum órgão acabam comercializando seus produtos aos marreteiros e compradores, e assim seus produtores acabam sendo comercializados principalmente na capital Manaus.

Quanto à renda obtida com a produção e comercialização de produtos

oriundos da agricultura familiar, com valores que variam de R\$ 400,00 e acima de R\$ 1.000,00, advindos da comercialização semanal dos produtos, mas como colocado pelos agricultores, esses valores dependem do produto que está sendo comercializado e para quem está sendo comercializado.

Relacionado à renda obtida da agricultura familiar nas comunidades visitadas, notou-se que os agricultores familiares têm uma qualidade de vida razoável, no qual a renda advinda desta prática é capaz de suprir as necessidades básicas das famílias que a praticam. Mas, é notório que as comunidades visitadas precisam de recursos básicos, como saneamento, eletricidade de boa qualidade e atendimento de saúde mais frequente. Dependem das áreas urbanas para comprar utensílios, alimentos entre outros serviços que necessitem e principalmente ter assistência à saúde.

Com dados disponibilizados pelo IDAM, o município de Anamá tem 3.500 produtores/produtoras e pescadores/pescadoras associados à algum sindicato, este mesmo órgão não disponibilizou um total geral da quantidade de pessoas que praticam a agricultura familiar no município.

4.2.4 Principais produtos comercializados no município de Anamá

Como o município de Anamá em toda a sua extensão territorial comporta tanto áreas de várzea quanto de terra firme, alguns principais produtos são comercializados, atendendo sempre as especificidades que cada área possibilita.

Sendo assim, tanto em áreas de várzea quanto de terra firme os produtos se caracterizam por serem de lavouras temporárias e/ou de lavouras permanentes, com dados disponibilizados pelo IDAM, foram identificados 21 principais produtos que são comercializados com maior frequência e demanda no município (Quadro 8). Vale ressaltar que não somente são estes produtos comercializados em Anamá, havendo outros que são comercializados em pequena quantidade.

Quadro 8 - Principais Produtos Comercializados em Anamá

Principais Produtos	
Abóbora, Jerimum	Limão
Açaí	Malva
Banana	Mamão
Batata Doce	Mandioca (aipim, macaxeira)
Cebola de palha	Maracujá
Cupuaçu	Melancia

Chicória	Milho
Coentro	Pepino
Couve	Pimenta Cheirosa
Feijão	Pimentão
Goiaba	Pupunha (cacho de frutos)
Laranja	Tomate Regional

Fonte. IDAM, 2023

Produtos estes que são plantados em áreas de pequenas propriedades rurais, que não utrapassam 1 hectare de terra, geralmente essas áreas de plantio se encontram em terrenos próprios dos agricultores. No qual muitos agricultores/agricultoras muitas vezes não precisam sair de suas comunidades para chegarem em seus roçados ou áreas de plantio.

Na pesquisa de campo foram visitadas algumas áreas de plantio (Figura 5). Dentre elas, a plantação de maracujá, mamão, banana e outros produtos. Sendo assim, nota-se que são áreas de pequena propriedade, com a plantação de produtos sendo feita próximas uma das outras.

Figura 5 – Área de Plantação

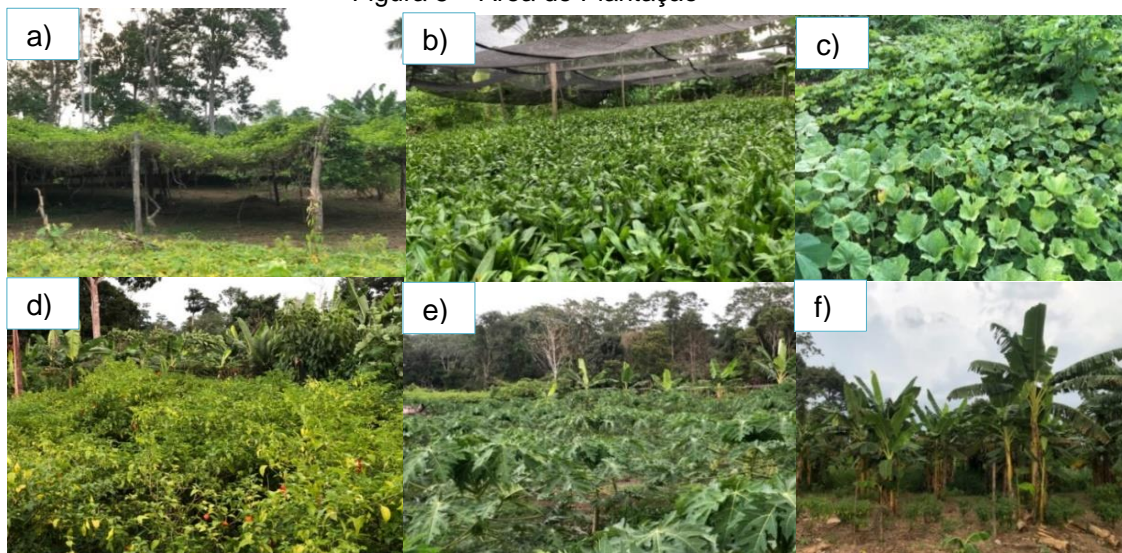


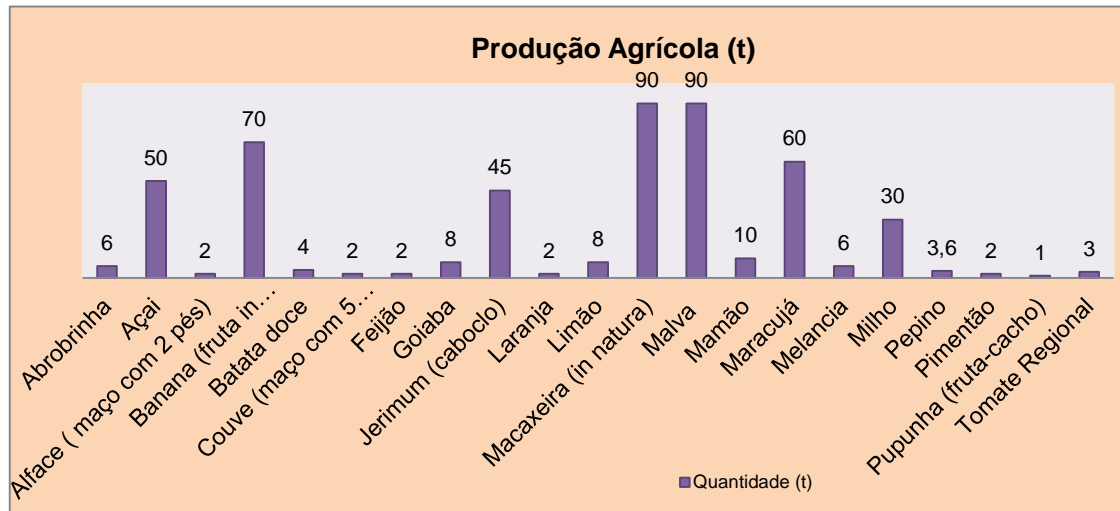
Figura (a): plantação de maracujá; **(b)** plantação de chicória; **(c)** plantação de jerimum; **(d)** plantação de pimenta; **(e)** plantação de mamão; **(f)** plantação de banana.

Fonte: Silva, 2023

Em termos de quantidade da capacidade de produção do município de Anamã, de produtos oriundos da agricultura familiar, conforme dados da produção agrícola municipal de 2020 disponibilizados pelo Idam, alguns produtos são comercializados em toneladas, como é o caso da banana, açaí, jerimum, as fibras como a juta e malva, produção e comercialização de hortaliças, como a chicória,

coentro, alface, (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Produção Agrícola em Toneladas (t) no Município de Anamã



Fonte: IDAM, 2023

Dependo muito da dinâmica que o ano está passando, produtos como a banana, mamão, melancia, milho, mandioca, podem ter sua produção tanto nas áreas de várzea quanto nas terras firmes do município, já produtos como limão, laranja, açaí, e a pupunha tem sua produção preferencialmente nas terras firmes, já que estas não sofrem interferência do ciclo de cheia e seca do Rio Solimões.

Os dados mais atuais em termos de produção do município foram disponibilizados pelo Idam, através da Produção Agrícola Municipal do ano de 2020, (Quadro 9), dos quais o mesmo contabilizou somente 7 dos principais produtos que são comercializados no município.

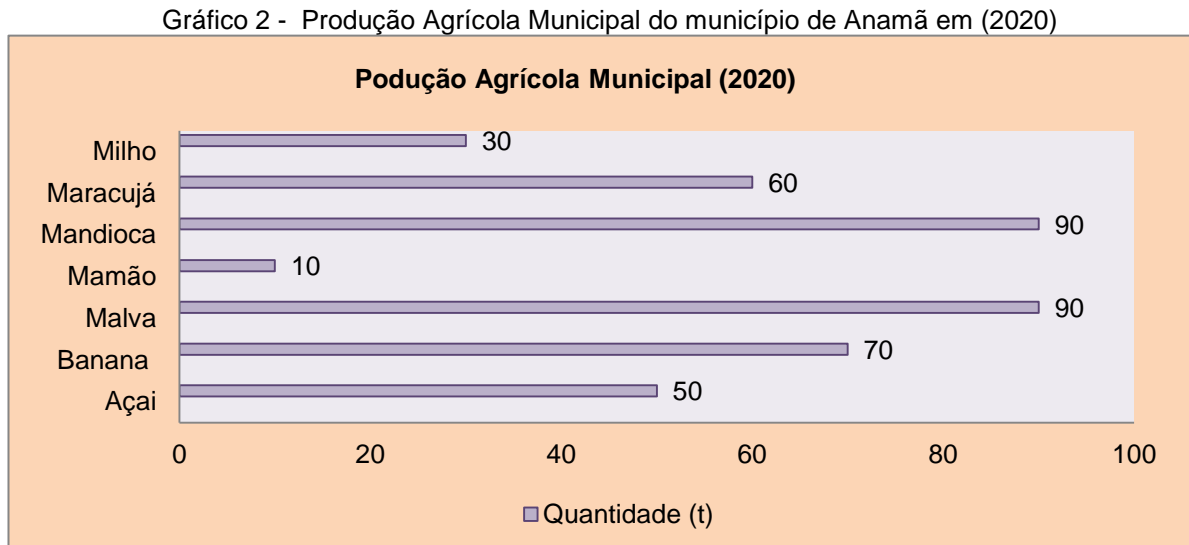
Quadro 9 - Produção Agrícola Municipal (2020)- Principais produtos

Produção Agrícola Municipal (2020)
Açaí
Banana
Malva
Mamão
Mandioca
Maracujá
Milho

Fonte: IDAM, 2023

Dentre estes produtos apresentados pelo IDAM como principais produtos comercializados em Anamã, no que implica que são os produtos que tem mais demanda, mercado e conseqüentemente produção dentro do município. A produção

agrícola municipal para o ano de 2020 apresentou quantitativos em toneladas dos principais produtos comercializados em Anamã (gráfico 2).



Em relação a quantidade dos 7 produtos contabilizados pelo levantamento do Idam, mandioca e o açaí estão com índices mais elevados de produção no município, seguidos da produção de malva e mamão, é válido ressaltar que dentre estes 7 produtos apresentados, 6 deles são capazes de serem produzidos tanto em áreas de várzeas quanto na terra firm.

4.3 Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: Associação de Pequenos Produtores Rurais da Vila do Cuia- Anamã/AM

As associações desempenham um papel crucial no fortalecimento das comunidades agrícolas, permitindo que os agricultores enfrentem desafios de maneira mais eficaz e melhorem sua qualidade de vida. Conforme Sena (2017, p. 401) as associações acabam sendo um instrumento para que aja o alcance de objetivos mútuos, no entanto, para os produtores/produtoras rurais acaba que essa oportunidade significa uma forma de acesso maior de bens e serviços.

A oportunidade de acesso a bens e serviços é um benefício significativo para os produtores rurais, especialmente quando se trata de recursos financeiros, oportunidade de venda e acesso a programas do governo. Isso pode contribuir para melhorar a eficiência e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação

escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino (FNDE, 2023).

A compra direta dos produtos da agricultura familiar para alimentação escolar obedece alguns passos para sua realização, de acordo com o Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a alimentação escolar.

Sendo o primeiro deles o orçamento, de início, há a identificação do valor de repasse realizado pelo governo federal, que tem como base o censo escolar do ano anterior, havendo a definição do percentual de compra da agricultura familiar a ser efetuado, no qual o mesmo deve ser no mínimo 30% do valor a ser repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Relacionado ao pagamento dos agricultores familiares, especificamente na Associação de Pequenos Produtores Rurais da Vila do Cuia, o repasse feito pela prefeitura demora cerca de 3 meses para ser efetivado para a associação e assim a mesma efetivar o pagamento aos (as) agricultores/agricultoras.

Em seguida, é feita a articulação entre os atores sociais envolvidos no processo de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, neste passo é realizado um mapeamento, no qual deve conter, no mínimo, a discriminação dos produtos locais, quantidade de produção e época de colheita (calendário agrícola). Nessa etapa a participação de um (a) nutricionista é fundamental, pois, será este profissional que irá fazer o cardápio escolar, o qual levará em consideração o mapeamento desses produtos da agricultura familiar local.

O passo seguinte consiste na elaboração do cardápio, com o mapeamento dos produtos da agricultura familiar local, o nutricionista fará a elaboração dos cardápios da alimentação escolar, estando inclusos os alimentos regionais, respeitando sempre às referências nutricionais e ressaltando os hábitos alimentares locais.

Um dos passos principais para a realização da compra direta dos produtos da agricultura familiar para alimentação escolar é a Chamada Pública, este procedimento é o mais adequado, pois contribui para o cumprimento das diretrizes do PNAE, no que se refere à priorização de produtos produzidos em âmbito local de

forma a fortalecer os hábitos alimentares, a cultura local e a agricultura familiar, aspectos fundamentais na garantia da segurança alimentar e nutricionais.

Neste sentido a Entidade Executora (prefeitura, secretaria estadual de educação, escola ou unidade executora) é a responsável pela Chamada Pública, evidenciando a intenção de compra dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Dentro desta Chamada Pública deve conter informações suficientes para que os fornecedores formulem corretamente os projetos de venda, como tipos de produtos, quantidades, cronograma de entregas (diárias, semanal, período de fornecimento etc.) e locais de entrega, os preços de aquisição também deverão ser determinados na Chamada Pública.

Os projetos de venda são documentos que visam formalizar o interesse dos agricultores familiares em vender sua produção para a alimentação escolar. Sendo responsabilidade dos agricultores familiares e das suas organizações a elaboração e entregas dos projetos de venda. Neste sentido, o projeto de venda deverá apresentar a proposta de fornecimento de gêneros alimentícios (variedade, quantidade e cronograma de entrega), sempre obedecendo a publicação da Chamada Pública, e conforme a possibilidade de atendimento de cada fornecedor.

Na Associação de Pequenos Produtores Rurais da Vila do Cuia os projetos de venda são elaborados pelos (as) agricultores/agricultoras associados (as), e também pelo presidente da associação, no qual para a elaboração do projeto de venda é levado em consideração o preço, demanda, e capacidade de produção de cada agricultor associado.

Como uma das últimas etapas da realização da compra direta dos produtos da agricultura familiar para alimentação escolar, os projetos de venda selecionados resultarão na celebração de contratos com as Entidades Executoras (prefeitura, secretaria estadual de educação, escola ou unidade executora), no qual o contrato de compra é a formalização legal do compromisso assumido pela Entidade Executora e pelos fornecedores para a entrega dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. O início da entrega dos produtos deve observar o que diz o cronograma previsto no edital de Chamada Pública e no contrato.

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila do Cuia-Anamã/AM, por meio da chamada pública nº 001/2023 fez parte do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar/PNAE.

E assim, obedecendo aos passos estabelecidos, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila do Cuia-Anamã/AM, para colaboração e realização deste estudo disponibilizou o seu projeto de venda do ano de 2023 (Quadro 10).

O projeto de venda da referida associação tem um total de 25 produtos, oriundos da agricultura familiar. As entregas dos produtos ocorrem de forma quinzenal, onde esses produtos são entregues no IDAM, que está localizado na sede do município, após a entrega neste órgão os produtos são distribuídos nas escolas municipais que compõem o município de Anamã.

Quadro 10 - Projeto de Venda da Associação de Pequenos Produtores Rurais da Vila do Cuia/Anamã-AM

Produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total
Abacaxi	Kg	4.000	R\$ 3,80	15.200
Abobrinha	Kg	1.500	R\$ 1,60	2.400
Açaí	Kg	2.000	R\$ 8	16.000
Alface	Kg	500	R\$ 7,31	3.655
Banana Pacovã	Kg	3.300	R\$ 5,65	18.546
Banana (prata ou maçã)	Kg	2.300	R\$ 2,32	7.656
Batata doce	Kg	1.000	R\$ 3,07	3.070
Cará (roxo ou branco)	Kg	1.500	R\$ 3,03	4.545
Cebolinha de palha	Maço	600	R\$ 1,62	972
Chicória	Maço	600	R\$ 1,57	942
Coentro	Maço	600	R\$ 2,76	1.656
Couve	Kg	500	R\$ 1,94	970
Farinha de mandioca (ovinha)	Kg	5.400	R\$ 10,90	40.794
Farinha de tapioca (seca)	Kg	1.200	R\$ 8	9.600
Farinha de mandioca (amarela)	Kg	900	R\$ 6	5.400
Jerimum (leite ou caboclo)	Kg	2.000	R\$ 2,56	5.120
Laranja	Kg	20.000	R\$ 0,36	7.200
Limão	Kg	500	R\$ 2,95	1.475
Macaxeira	Kg	2.00	R\$ 2,02	4.040
Mamão	Kg	2.500	R\$ 2,96	7.400
Maracujá	Kg	15.000	R\$ 4,48	7.260
Pepino	Kg	900	R\$ 6	4.292
Pimenta cheirosa	Kg	200	R\$ 6,60	1.320
Pimentão	Kg	600	R\$ 11,35	6.810
Tomate	kg	800	R\$ 5,73	4.584

Fonte: Associação de Pequenos Produtores Rurais da Vila do Cuia-Anamã/AM, 2023

Alguns dos produtos apresentados são produtos oriundos de terra firme, mesmo a comunidade estando localizada em áreas de várzea, no qual alguns agricultores possuem terrenos, áreas para plantio e colheita nas terras firme do município, e assim em tempo de entrega e quando há demanda fazem a comercialização destes produtos.

Associado a quantidade produtiva do município, fica evidente como a policultura está presente na sua produção, no qual, mesmo que em pequena quantidade, produtos como a couve, cebolinha, alface, são comercializados dentro de algumas comunidades que compõem o município, tendo seu escoamento para as escolas.

É notório que há um impacto direto na promoção da agricultura familiar, com o fortalecimento das comunidades locais e contribuição para a sustentabilidade econômica dessas famílias, além disso, o processo de compra direta dos produtos da agricultura familiar para alimentação escolar pode resultar em uma maior diversidade de alimentos e em práticas agrícolas mais sustentáveis, sendo mais respeitosa ao meio ambiente. Conforme Triches e Schneider (2010),

Partindo das experiências que conseguiram suplantar as barreiras e efetivaram as compras para a alimentação escolar de agricultores familiares, destacam-se os efeitos e as contribuições desse processo no consumo e na produção de alimentos (Triches e Schneider, 2010, p. 941).

Este tipo de parceria, agricultura familiar e alimentação escolar pode melhorar a qualidade nutricional das refeições escolares, proporcionando alimentos frescos e locais, sendo assim, isso não apenas beneficia a saúde dos estudantes, mas também educa sobre a importância de escolhas alimentares conscientes e regionais. Ademais, ao fortalecer a conexão entre a produção local e o consumo nas escolas, cria-se um ciclo positivo que impulsiona a economia local.

A efetivação da compra de alimentos para o PAE de agricultores dos municípios proporciona mudanças nas práticas alimentares e nas concepções das crianças (Triches e Schneider, 2010, p. 941). Neste sentido em conversa com algumas merendeiras da Escola Municipal Nérida Ribeiro, que está situada na comunidade Vila Cuia, não ficaram dúvidas, pois as mesmas relataram que há uma maior frequência em relação a produtos frescos, com maior variabilidade, melhor qualidade, uma aceitação e consumo por parte dos alunos. Tanto merendeiras

quanto o diretor entrevistado apontaram um aumento na frequência de frutas e verduras no cardápio e aumento do consumo desses alimentos.

As frutas quando têm eles gostam muito. A salada também. A salada tem uma boa aceitação. (C.A.S. Merendeira)

Quando vem esses produtos, eles comem muito mais. O milho verde é um deles, a tapioca, o mamão, a laranja.. O extrato foi substituído pelo tomate, que a gente usa muito E eles aceitam e comem. É raro uma criança deixar no prato. (E.A.G. Merendeira)

Os próprios alunos relataram mudanças na alimentação escolar através da compra direta dos produtos da agricultura familiar, como se evidencia no depoimento de uma aluna,

Não comia nada de salada, mas agora na escola como e gosto. Muitas frutas eu não comia em casa, pude experimenta-las na escola e gostei muito. A tapioca também não tinha costume de comer, agora se pudesse comia todo dia (H.M, aluna do 5º)

Neste sentido, fica notável que quando um alimento é servido na escola, sendo consumido e apreciado pelos colegas modifica as concepções e valorações daquele gênero que até então poderia estar sendo desconsiderado e desqualificado. Essa política acaba por realimentar esse mercado, na medida em que constrói paladares para alimentos produzidos localmente, por terem características exclusivas e/ou apreciadas pelos futuros consumidores (Triches; Schneider, 2010, p. 942).

São várias as contribuições dessa prática na construção de mercados para agricultores familiares locais, dos quais suas consequências podem estar associadas à melhores escolhas por formas de plantio e produção diferenciada, há também o incentivo quanto à organização, cooperação e formalização, havendo ainda a garantia da venda dos gêneros produzidos.

4.4 O rio comanda a vida: influência do ciclo de cheia e seca na agricultura familiar

Na Amazônia os rios se fazem presente não somente como recursos naturais, mas como elementos fundamentais na configuração da paisagem humana e social da região. A abordagem multidimensional reconhece a importância dos rios não apenas em termos práticos, mas também nas complexas interações psicológicas e culturais que definem a relação entre o homem e o ambiente fluvial.

Nas várzeas, a água é o agente transformador e regulador da vida do homem amazônico, possuindo uma centralidade na vida das populações, principalmente em relação a sazonalidade de seus rios (Tocantins, 2000; Sternberg, 1997). Anamã tem suas propriedades agrícolas tanto em áreas de várzeas quanto em terra-firme, sendo sua grande maioria nas várzeas. Neste sentido, conforme Tocantins (1972), ressalta que,

O homem e o rio são os dois mais ativos agentes da Geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional (Tocantins, 1972, p. 276 apud Pantoja Neto, 2013, p. 4).

Os rios podem ser entendidos muitas vezes como forças moldadoras nas sociedades amazônicas, no qual isto pode incluir não apenas questões econômicas, como o transporte fluvial e a pesca, mas também aspectos culturais, sociais e muitas das vezes políticos, com o rio desempenhando um papel fundamental na formação da identidade regional.

A própria arquitetura de Anamã teve que ser e é reinventada: as casas, que são palafitas de madeira, são elevadas por estacas; assim como o assoalho, chamado de maromba. É notório que os agricultores familiares das várzeas amazônicas passam por um contínuo movimento de adaptações e (re) invenções, no qual esse processo é moldado pela relação que estabelecem com a natureza, indicando que a forma como interagem com o ambiente natural é fundamental para entender suas práticas diárias. Conforme Alencar (2019),

o viver do agricultor de várzea enquanto construção histórica, ou seja, como dinâmico, consideramos que nesse movimento de se constituir enquanto sujeitos desse processo, esses atores sociais passam por um caminho marcado por adaptações e (re) invenções configuradas na relação que estes mantêm com a natureza (Alencar, 2019, p. 27).

Anamã, Veneza da Amazônia, município no qual tem parte de suas áreas territoriais inundadas pelas cheias do Rio Solimões (Figura 6) enfrenta desafios para manter suas atividades agrícolas, pesqueiras e sociais. Neste sentido, o conhecimento sobre os ciclos de cheias e vazantes influencia nas estratégias de produção (Silva, 2012, p. 238).

Figura 6 - Município de Anamá em Época de Cheia do Rio Solimões



Fonte: Prefeitura Municipal de Anamá, 2021

Sofrendo forte influência das cheias do Rio Solimões a agricultura familiar no município de Anamá pode ser compreendida como uma forma de (re) existências das famílias que realizam essa prática nas zonas rurais do município.

Tendo suas propriedades e casas inundadas anualmente pelas cheias do Rio Solimões (Figura 7), os agricultores familiares do município são verdadeiros guerreiros/guerreiras, que a cada ano renovam suas práticas sociais e agrícolas, sempre visando seu bem-estar e sobrevivência no ambiente que escolheram para viver.

Figura 7 - Propriedade Familiar em Anamá em Época de Cheia do Rio Solimões



Figura a) Plantação de maracujá inundada pela cheia do Rio Solimões, Comunidade Vila do Cuia. **Figura b)** Plantação inundada pela cheia do Rio Solimões, Comunidade Vila do Cuia;
Fonte: Prefeitura Municipal de Anamá, 2021

Em épocas de cheia do Rio Solimões, os moradores das várzas do município de Anamá praticam outra atividade produtiva, a pesca. Nessa época os agricultores tem somente a alternativa da pesca como fonte de renda, onde suas

terras ficam submersas cerca de 3 meses. Conforme Carvalho (2015),

Convivendo com um ambiente que permanece submerso por quatro a cinco meses durante o ano, onde há perdas e ganhos de terras simultaneamente, os camponeses têm mantido estratégias para sua permanência na planície de inundação, conhecida regionalmente por várzea. Enfim, os camponeses vêm demonstrando, ao longo das gerações, a capacidade adaptativa a esse ambiente em constante alteração (Carvalho, 2015, p.118).

Neste sentido, há um ajuste regulador que destaca a capacidade humana de se adaptar a diferentes condições naturais de maneira flexível e equilibrada, no qual essa capacidade não se limita apenas a aspectos práticos, mas também abrange atitudes e comportamentos, mostrando uma resposta vasta às mudanças ambientais.

Em Anamã as cheias, que chegam a durar mais de cinco meses, obrigam a população a adaptar toda a arquitetura da cidade e os seus hábitos. Com suas terras inundadas e incapazes de plantar, colher e comercializar seus produtos, os moradores das áreas de várzea do município de Anamã optam por praticar a pesca durante os meses de cheia, no qual uma forma de comercialização dessa atividade é para a empresa privada Chicó Alimentos, que está localizada na sede do município.

Com forte influência do Rio Solimões e presença das cheias, o município comporta em sua população um número satisfatório de pescadores associados à sindicatos, sendo um deles o SIDIPESCA (Sindicato dos Pescadores no Estado do Amazonas), até o ano de 2011 foram registrados um total de 1.932 pescadores/pescadoras associados.

Oposto ao período de cheia, na seca, a água fica lodosa, os peixes morrem e o acesso ao lago grande e às comunidades rurais se torna impossível. O município de Anamã sofre influência direta do fenômeno natural da seca (Figura 8), assim como nas cheias, a produção agrícola em época de seca sofre impactos diretos.

As comunidades localizadas à margem do Rio Solimões sofrem os impactos da seca, mas não ficam tão inviabilizadas em realizarem suas atividades, tanto de deslocamento quanto de produção agrícola, mas, o município comporta comunidades que estão localizadas em lagos, furos e paranás, estas estando localizadas nas terras firmes que compõem o município.

Figura 8 - Período de Seca no Município de Anamá



Fonte: Prefeitura Municipal de Anamá, 2023

Na frente da Veneza da Amazônia, em época de seca os paranás se transformam em riachos, onde casas e comércios flutuantes disputam espaço com canoas motorizadas, barcos maiores não chegam mais ao porto da sede do município. O abastecimento de água potável fica difícil para quem não tem poço artesiano. Agricultores/agricultoras e pescadores são severamente afetados pelas secas. Somente canoas pequena conseguem navegar pelo estreito e raso canal que mostra o que tem no fundo.

As dificuldades de acesso são refletidas nas prateleiras dos comércios das comunidades ribeirinhas, que se localizam no lago que compõe as áreas de terra firme do município de Anamá, diante do baixo nível do rio, houve a impossibilidade de utilizar barcos maiores para o transporte das mercadorias (Figura 9).

Figura 9 - Lago do Anamá em Período de Seca



Fonte: Prefeitura Municipal de Anamá, 2023

No Lago que leva o mesmo nome da cidade, os peixes foram para o grande rio e o acesso à comida fica mais difícil. Comunidades como a Vila Arixi, Vila Mato Grosso, Vila Alexandre, em época de cheia ficam impossibilitadas de fazerem escoamento da sua produção para a sede do município. Produtos como o açaí, a laranja e o limão, em período de seca tem sua produção e comercialização fragilizada. Isso pode incluir alterações nos padrões de agricultura, acesso à água potável, migração de comunidades ou até mesmo adaptações culturais.

Um fenômeno presente nas comunidades e áreas da margem do Rio Solimões do município de Anamã, são as terras caídas. Conforme Cruz (2017),

O fenômeno das terras caídas é uma dinâmica natural que ocorre pela combinação de vários fatores naturais que acontecem nos rios amazônicos principalmente nos rios de várzea, esse processo transforma as feições da paisagem ribeirinha, pode ser notado em todos os rios da região em grande área ou em pequenas áreas, e os modos de vidas dos moradores também são afetadas pelas ocorrências de perdas de bens materiais (Cruz, 2017, p.7).

É notório uma relação direta entre o fenômeno das terras caídas e os modos de vida dos moradores locais, pois as ocorrências de perdas de bens materiais impactam diretamente a comunidade ribeirinha, este fenômeno tem implicações sociais, afetando a sustentabilidade e induzindo à resiliência das comunidades que dependem dessas áreas para subsistência (figura 10).

Figura 10 - Terras Caídas na Comunidade São Sebastião



Fonte: Prefeitura Municipal de Anamã, 2023

Com a seca, as terras caídas no município de Anamá se fazem presente na paisagem das margens do Rio Solimões, moldam não só a paisagem, mas o modo de vida das comunidades que se localizam nessas áreas. Esse impacto pode envolver mudanças na topografia, na vegetação e em outros elementos que compõem o cenário local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a dinâmica socioeconômica da agricultura familiar praticada pelos agricultores das comunidades São Sebastião, Santa Maria e Vila do Cuia, município de Anamã, sua interação com a economia local, a partir uma dinâmica principalmente com as associações e sindicatos do próprio município e a estruturação do espaço agrário local.

O sistema produtivo da agricultura familiar no município de Anamã, concentra-se nos dois ecossistemas (várzea e terra firme). Por serem comunidades localizadas em áreas de várzea do município de Anamã, os moradores dessas localidades criam e recriam o seu modo de morar, viver e de organização do espaço agrário, a partir das suas estratégias adaptativas no enfrentamento dos eventos de cheias e seca. Neste sentido, a adaptação é um forte indicativo de que as pessoas são resilientes.

A agricultura familiar como atividade econômico-produtiva contempla unidades de produção quase sempre instaladas em áreas reduzidas, utilizando majoritariamente a mão-de-obra familiar e, com sua característica de diversidade de atividades contribui significativamente para a segurança alimentar das unidades de produção familiares, além do mais esta atividade econômico-produtiva influencia de maneira significativa na geração de renda das comunidades estudadas.

Todas estas características foram observadas nas unidades de produção no trabalho de pesquisa desenvolvido nas comunidades São Sebastião, Santa Maria e Vila do Cuia. Com a análise dos dados coletados em campo foi notório que a atividade agrícola nas comunidades visitadas vem sendo paulatinamente fragilizada, tanto pela procura de outras fontes de renda que estão suprindo as necessidades da população existente atualmente na localidade, como pela expansão da malha urbana que as propriedades rurais estão passando, no qual nessas comunidades são poucas as áreas de propriedade destinadas à produção agrícola.

Neste sentido, outro fator evidenciado foi que a idade média dos produtores familiares que compõem as comunidades visitadas é uma faixa etária de produtores mais velhos, com idade média de 35 a 65 anos, dos quais as pessoas mais jovens que compõem essas comunidades não tem interesse em seguir essa atividade agrícola. Entretanto, muito por incentivo dos pais, que evidenciaram preferir que seus filhos procurem estudar, ou outra forma de fonte de renda que não seja a

agricultura familiar. Tendo em vista que é uma atividade evidentemente trabalhosa e de difícil prática, que requer tempo e disposição para ser realizada.

A proximidade da sede municipal serviu como atrativo para a população infanto-juvenil carente de um sistema educacional que atendesse as suas necessidades. A instalação de outras fontes de trabalho, tais como a empregabilidade em setores públicos, como a prefeitura e em setores do próprio estado, reforçou o processo migratório, com a demanda e procura de outras fontes de renda para a população mais jovem definitivamente na cidade.

O fato de essas comunidades estarem localizadas em um ecossistema de várzea da região amazônica obriga os produtores locais a adequarem suas atividades produtivas e seu modo de viver ao ambiente. Os fatores naturais também contribuíram de maneira significativa para a fragilização desta prática agrícola. As enchentes dos rios acima das médias que acontecem causaram prejuízos significativos para as famílias como as perdas totais da produção agrícola, inundação e destruição de residências obrigando a reconstrução das casas em estruturas mais altas e, em locais também mais elevados.

Ainda que a atividade possa explorar um mercado francamente favorável com a expansão contínua da demanda e o valor de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, a ausência de políticas públicas de apoio à atividade cria uma situação de abandono dos agricultores familiares, que descapitalizados, sem assistência técnica, capacitação tecnológica, organização e estruturas de apoio como sistemas de irrigação, transporte e portos adequados procuram outras atividades ou mesmo outras fontes de renda para o sustento de suas famílias.

Neste contexto temos as seguintes indagações: a agricultura familiar tende a desaparecer nas comunidades São Sebastião, Santa Maria e Vila do Cuia?

Haverá a expansão do espaço urbano para a zona agrícola?

Esses espaços rurais podem ser apropriados pelo grande capital impondo a monopolização e concentração da produção agrícola?

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 24, n. Especial, p. 157-182, 1994.

AGNE, Chaiane Leal; WAQUIL, Paulo Dabdab. Redes de proximidade: agricultores, instituições e consumidores na construção social dos mercados para os produtos das agroindústrias rurais familiares na região central do RS. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 1, p. 149-171, 2011.

ALENCAR, Mirela Alves de. **O Vai e Vem Das Águas De Várzea:(Re) Inventando Práticas, Saberes e Aprendizagens na Agricultura Familiar**. Manaus, 2019.

ANDRADE, Francisco Alcicley Vasconcelos; SOUZA, Paulo Augusto Ramalho de. Empreendedorismo e desenvolvimento local: um estudo da agricultura familiar na gleba de vila amazônia, no município de parintins, estado do amazonas-brasil. **DELOS: Desarrollo Local Sostenible**, v. 6, n. 16, 2013.

ATLAS do espaço rural brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 302.

AYRES, José Márcio. **As matas de várzea do Mamirauá: médio rio Solimões**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Programa do Trópico Umido, 1993.

BARBOSA, Evandro Brandão.; PIMENTA, Helena Francinete da Silva. Agricultura familiar: características, importância, pluriatividade, multifuncionalidade e perspectivas dentro e fora da Amazônia. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 193, p. 1, 2014.

BOTELHO, Joacy Machado; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes. **Metodologia científica**. São Paulo: Pierson Education do Brasil, 2013.

CARVALHO, Ana Cláudia Narbaes. **A pesca como fonte de renda na comunidade vila nova-Anamã/AM**. Manaus, 2015.

CARVALHO, Daniela Matias de Bittencourt. **Estratégias para a Agricultura Familiar**. Brasília, DF. 2020

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz. Evolução do Pronaf Crédito no Período 1996-2013: redimensionando o acesso pelos cadastros de pessoa física. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, p. 437-450, 2018.

CAZUZA, Rauciele da Silva. **A língua portuguesa na comunidade indígena Tikuna São José I, Ilha do Camaleão, município de Anamá - AM**. 2021. 103 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

CHAGAS, Eduardo F. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 38, n. 120, p. 55-70, 2011.

CRUZ, Emanuel Tavares da. **O fenômeno das terras caídas uma mudança natural na paisagem e suas implicações aos moradores da comunidade da Barreira do Andirá no município de Barreirinha AM**. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. São Paulo, 2007. Tese (Doutoramento em Geografia Humana) – Departamento de geografia, Universidade de São Paulo, 2007.

CRUZ, Thiago Silva da. A produção do espaço urbano na Amazônia: a influência da Igreja Católica na formação sócio-espacial do município de Conceição do Araguaia-Pa. **Revista GeoAmazônia. Belém**, v. 2, n. 4, p. 122-145, 2014.

DAROLT, Moacir R. LAMINE, Claire e BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p.8-13, junho de 2013..

DUARTE, Luana Cristina. Mercados para a agricultura familiar. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 44370-44384, 2020.

FERNANDES, Ângela Esther Borges Fernandes. **O perfil da agricultura familiar brasileira**. São Paulo: Edusp, 2007.

FERNANDES, Alana Miguel Serafini. **O Pronaf na agricultura familiar: sua criação,**

distribuição e principais resultados. Porto Alegre, 2013.

FERREIRA, Alberto Luiz Silva. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade Ambiental em Área de Várzea no Município de Parintins, Amazonas, Brasil**. Manaus-AM: Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

FERREIRA, Miqueias da Silva. et al. ANÁLISE TEMPORAL DO USO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE ANAMÃ-AM. **Revista GeoAmazônia**, v. 10, n. 20, p. 23-43, 2022.

GODOY, Itamar Wilson; ANJOS, Flavio Sacco dos. A Importância das Feiras Livres Ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, p. 57-63, 1995.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 2 ed. São Paulo: Alínea, 2001.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio**. V. 1, 2. ed. Brasília - DF: Saraiva, 2013.

IBGE. **Manuais Técnicos em Geociências: Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. 2ª ed, n. 1. Rio de Janeiro – RJ: IBGE, 2012.

LAMARCHE, Hugues. **A Agricultura Familiar**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEFÉBVRE, Henri et al. De lo rural a lo urbano. Barcelona: Península, 1978.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019.

MALUF, Renato Sergio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.25 n.1, p.299-322, abr. 2004.

MCGRATH, David G.; GAMA, Antônia Socorro Pena da. **A situação fundiária da várzea do Rio Amazonas e experimentos de regularização fundiária nos**

estados do Pará e do Amazonas. Manaus-AM, 2005.

MENEGHETTI, Gilmar Antonio; SOUZA, Sígla Regina. A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. **Terceira margem Amazônia**, v. 1, n. 5, 2015.

MENEZES, Gleides Medins de. **Produzindo a Vida:** O etnoconhecimento da agricultura familiar na comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, município de Coari-AM. Dissertação - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.

MINEIRO, Márcia; SILVA, Mara A.; FERREIRA, Lúcia Gracia. **Pesquisa qualitativa e quantitativa: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas.** Rio Grande do Sul, 2022.

NODA, Sandra do Nascimento. **Agricultura familiar na Amazônia das águas.** Manaus, 2007.

NODA, Hiroshi. **Agricultura Familiar na Amazônia, Segurança Alimentar e Agroecologia.** Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184p.

PANTOJA NETO, Oswaldo de Oliveira. In. TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida:** uma interpretação da Amazônia. 4. ed. Manaus - AM: Companhia Editora Americana, 1972.

PINTO, Ilzon Castro. **Agricultura familiar na Costa da Terra Nova.** 2005. 79 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Ciências Agrárias, de Programa de Pós-Graduação em Agricultura e sustentabilidade na Amazônia, Manaus, 2005.

RIBEIRO, Adilton Pereira. GT6-263 Do Rio à Cidade: A (re) produção de uma Identidade Territorial Ribeirinha no Bairro do Jurunas, em Belém-PA. **Anais ENANPUR**, v. 12, n. 1, 2007.

ROLIM, Glauco de Souza *et al.* Classificação climática de Köppen e de Thornthwaite

e sua aplicabilidade na determinação de zonas agroclimáticas para o estado de São Paulo. **Bragantia**, v. 66, p. 711-720, 2007.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SANTOS, Handresha da Rocha. **Aspectos taxonômicos das formas familiares de produção**: um estudo de caso no estado de Sergipe. 2016. 165 f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SENA, Talita Marques; SENA, Tassiana Marques; GOMES, Luiz da Silva Filho,. Associação de produtores rurais, uma forma de organização e desenvolvimento local. **Revista Includere**, v. 3, n. 1, 2017.

SILVA, Iêda Rodrigues da. Modo de vida ribeirinho: construção da identidade amazônica. Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas. **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**, 2017.

SILVA, Antonia Ivanilce Castro da. **Unidades de paisagem na agricultura familiar em benjamin Constant, Amazonas**. Manaus/Am, 2012.

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. 1. ed. Florianópolis/ Brasília: Epagri/Ministério do desenvolvimento Agrário, 2001. v. 1. 120p .

SOUZA, Carine Cabral; FELIPE, Marggie Vanessa Serna. Importância dos métodos de pesquisa (quantitativos e qualitativos) em geografia. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Rio de Janeiro, 2021.

SCHERER, Elenise. Mosaico Terra-Água: A Vulnerabilidade Social Ribeirinha na Amazônia – Brasil. In: **VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais**; Coimbra, Portugal. Universidade de Coimbra, 2004.

SCHNEIDER, Sergio. **Mercados e agricultura familiar**: Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural, v. 1, p. 93-140. Rio Grande do Sul, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v. 19, p. 933-945. Rio Grande do Sul - RS, 2010.

VARGAS, Rosane Marizeti Brum; VARGAS, José Nilton Silva. **Feiras de produtos regionais em Manaus–Am: uma estratégia**. Manaus - AM, 2015.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

Nome:

Idade: **Sexo:** () Feminino () Masculino

Dados socioeconômicos do Produtor

1. Situação do Imóvel

() Próprio () Cedido () Arrendado () outro

2. Qual a principal atividade?

() agricultura () avicultura () pesca () outra

3. Há quanto tempo desempenha a atividade de agricultor familiar?

4. Possui carteira de produtor rural? () sim () não

5. Faz parte de alguma entidade de classe? () não () sim

6. Nível de escolaridade:

() não alfabetizado () 1º ao 5º ano () 6º ao 9º ano

() Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo

7. Quantas pessoas compõem o seu núcleo familiar?

() 1 a 3 () 4 a 6 () mais de 7 pessoas

Assistência técnica e de crédito:

1. Você recebeu ou recebe alguma assistência técnica?

() não () sim Qual? _____

2. Qual órgão/instituição: _____

3. Qual a frequência: _____

4. Para que tipo de atividade? _____

5. Satisfeito com a assistência?

() sim () não Se não, por quê? _____

6. Participou ou participa de algum curso de formação ou qualificação profissional?

() não () sim Qual? _____

7. Você já acessou algum programa de crédito?

() sim () não Se não, por quê?

8. O valor do crédito atendeu as necessidades?

() sim () não

Nível tecnológico empregado na propriedade:

1. Qual o sistema de preparo do solo?

() manual () mecanizado () canteiro suspenso

2. Possui sistema de irrigação?

() sim () não

Dados da produção:**1. Por quê o Sr. (a) escolheu a produção agrícola?**

- conhecimento do cultivo demanda de mercado
 possibilidade de fonte de renda

2. Qual a mão de obra da propriedade?

- familiar terceirizada ajuri/mutirão

3. Quantas pessoas trabalham na produção?

- 1 a 3 4 a 6 mais de 6

4. Qual a idade das pessoas envolvidas no processo de produção?

- 0 a 20 21 a 39 40 a 65

5. Quais são os produtos produzidos?**6. Quais são os produtos comercializados?****7. Quais são os fatores que dificultam aumentar a produção na sua propriedade?**

- crédito assistência escoamento
 baixo preço dos produtos falta de mercado

8. Tem verificado queda de produção?

- não sim. Por quais motivos?
 devido ao clima aos eventos extremos de cheia e seca
 mercado

Escoamento:**1. Quais são as formas de transportar a produção para a venda?**

- barco entrega na propriedade a marreteiros/ou compradores
 canoa

2. Quem são os marreteiros?

- pessoas da própria comunidade de comunidades vizinhas

3. Onde é transportada a produção?

- saco de trigo paneiro caçapa de madeira
 caixa de isopor

Comercialização:**1. Com que frequência é feita a colheita dos produtos?**

- 1 vez na semana 2 vezes mais de 3 vezes

2. Realiza a venda a municípios próximos?

- sim não

3. Qual o destino da produção?

- capital outros municípios

4. Em época de cheia, qual a fonte de renda nesse período?

- pesca outra_____

5. Em período de estiagem, quais desafios encontrados para produção?